

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ENGENHARIA
MESTRADO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO

YVONNE ARCHANJO MASSUCATE BARBOSA

QUE CRECHE EU QUERO PARA O MEU FILHO?

JUIZ DE FORA, 2014

YVONNE ARCHANJO MASSUCATE BARBOSA

QUE CRECHE EU QUERO PARA O MEU FILHO?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído.

Orientador: José Alberto Barroso Castañon, D. Sc

JUIZ DE FORA, 2014

Barbosa, Yvonne Archanjo Massucate.

QUE CRECHE EU QUERO PARA O MEU FILHO? / Yvonne Archanjo

Massucate Barbosa. -- 2014.
110 p.

Orientador: José Alberto Barroso Castañon

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Juiz de Fora, Faculdade de Engenharia. Programa de PósGraduação
em Ambiente Construído, 2014.

1. Educação Infantil. 2. Bem-estar na creche. 3. Escolha da
creche. I. Castañon, José Alberto Barroso, orient. II. Título.

YVONNE ARCHANJO MASSUCATE BARBOSA

QUE CRECHE EU QUERO PARA O MEU FILHO?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído.

Orientador: José Alberto Barroso Castañon, D. Sc

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

José Alberto Barroso Castañon, D.Sc. (Orientador)

Universidade Federal de Juiz de Fora

Maria Aparecida Steinherz Hippert, D.Sc.

Universidade Federal de Juiz de Fora

Cláudia Valéria Gávio Coura, D.Sc.

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Sérgio Kitamura, D.Sc.

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Dedicatória

Este trabalho é dedicado a meu filho, Heitor, que nasceu juntamente com esta pesquisa, e a meu esposo, Denilson, pois ambos são a razão da minha vida!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Suzi, e a meu padrasto, Brenno, por contribuírem com toda paciência e carinho nesta fase da minha vida.

Agradeço a todos os amigos do mestrado e a todos do corpo docente. Em especial, à banca de qualificação, que, com suas reflexões, contribuiu imensamente para o bom desenvolvimento da pesquisa.

À minha querida amiga Cláudia, que está presente em minha vida em diversos momentos importantes!

Agradeço a todos que responderam ao questionário e contribuíram para avultar minha pesquisa.

Obrigada!

RESUMO

Com o advento do trabalho feminino, a utilização de estabelecimentos destinados à permanência de crianças com idade inferior a 5 (cinco) anos é avultada, e torna-se fundamental a avaliação dos preceitos determinados pelos órgãos competentes, no intuito de se conhecerem as premissas que determinam os elementos responsáveis por contribuir para o desenvolvimento físico e mental das crianças que fazem uso dessas instituições. Tendo em vista a importância da ciência sobre os princípios que regem a adequação para a garantia do bem-estar e da segurança dos usuários dos estabelecimentos de ensino infantil, esta pesquisa objetiva criar um instrumento para que pais, mães ou responsáveis pelas crianças possam escolher a instituição de ensino a ser utilizada por seu(s) filho(s), que melhor lhe atenda. Especificamente, esta pesquisa buscará analisar se este instrumento atende aos anseios dos pais no momento da escolha pela creche de seu filho, conseguindo ser útil e inteligível a eles. Espera-se que essa ferramenta possa avolumar as questões sobre bem-estar e segurança dentro das instituições de educação infantil e suscite nos pais e responsáveis a busca por qualidade dentro das mesmas, no intuito de preservar a integridade física e mental das crianças.

Palavras-chave: educação infantil, bem-estar na creche, escolha da creche

ABSTRACT

With the advent of the feminine work the need for childcare institutes for children until age 5 has increased. Therefore, the assessment of the infrastructure conditions of such institutes is essential. About their physical infrastructure, it is necessary to evaluate the rules dictated by the authorities aiming to understand the principles that determine the elements responsible for the contribution to the mental and physical development of children which attend such establishments. Regarding the importance of science on the principles governing the suitability for securing the welfare of users of pre-school establishments, this research aims to create an instrument so that parents and other people responsible for children can analyse the establishments to be used for them. More specifically, this research seeks to assess if such instrument is able to help parents to choose the right institute, being useful and intelligible for them. It is expected that this tool could swell the issues on comfort and welfare related to the early childhood establishments and inspire parents and guardians to search for quality in order to preserve the physical and mental integrity of children.

Keywords: early childhood education, child welfare education, childcare choice

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Layout de um ambiente de pré-escola para crianças de 4 a 6 anos de idade	46
Figura 2: Que critérios o(a) levaram a escolher esta creche?	56
Figura 3: Exemplo de escala de atitudes face ao ambiente, desenvolvida por Soczka em 1983	63
Figura 4 : Exemplo de escala tipo Diferenciador Semântico	64
Figura 5: Motivos para a escolha da Instituição de Ensino Infantil	68
Figura 6 : Tempo gasto para responder o questionário	82
Figura 7: Fragmento do questionário apresentado aos pais	86
Figura 8 : Utilidade da ferramenta para os pais	87
Figura 9: Facilidade de assimilação das questões	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxa de frequência de crianças entre zero e seis anos de idade à escola ou creche no Brasil (1991/2007)	24
Tabela 2: Relação ideal adulto-criança para o ambiente de creche.....	26
Tabela 3: Mortalidade infantil no Brasil por faixa etária	27
Tabela 4: Tipos de acidentes com crianças e adolescentes por fase de desenvolvimento	28
Tabela 5: Sumário dos principais fatores de risco e das medidas de controle das doenças transmissíveis em creches.....	33
Tabela 6: Valores de iluminância, por atividade, em escolas	50
Tabela 7: Parâmetros de iluminação e ventilação adequados para ambientes de instituições de educação infantil.....	52
Tabela 8: Razões que levaram os pais a colocarem os(as) filhos(as) na creche.....	55
Tabela 9: Razões que levaram os pais a escolherem a creche frequentada por seus filhos.....	55
Tabela 10: Relevância das questões apresentadas no questionário inicial	70
Tabela 11: Exemplos de questões apresentadas aos pais	78
Tabela 12: Informações sobre os participantes da pesquisa – perfil profissional, idade, relação com a criança e idade da criança	80
Tabela 13: Questões não assimiladas pelos pais	82
Tabela 14: Questões consideradas não prioritárias por grande parte dos pais.....	83
Tabela 15: A importância do preço da creche para os pais	84
Tabela 16: Questões relativas à idade da criança e sua importância para os pais...	85
Tabela 17: Questões compiladas.....	88
Tabela 18: Questões reformuladas	89
Tabela 19: Questões eliminadas	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IEI	Instituição de Educação Infantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
NBR	Normas Técnicas Brasileiras
PNE	Plano Nacional de Educação
PNE	Portador de Necessidade Especial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	JUSTIFICATIVA	15
1.2	OBJETIVOS	16
1.2.1	Objetivo geral	16
1.2.2	Objetivos específicos	17
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO	17
2	ENQUADRAMENTO TEÓRICO	19
2.1	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	19
2.2	A CRECHE NA ATUALIDADE	24
2.3	PRINCIPAIS CAUSAS DE ACIDENTES E DOENÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	27
2.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE A INFRAESTRUTURA DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	34
2.4.1	Normas e parâmetros para bem-estar e segurança dentro das instituições de educação infantil	35
2.4.1.1	Portaria GM/MS Nº 321, de 26 de maio de 1988	35
2.4.1.2	Parâmetros Básicos de Infraestrutura p/ Instituições de Educação Infantil ...	41
2.4.1.3	NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	47
2.4.1.4	Proteção contra incêndios	47
2.4.1.5	Iluminação e Ventilação	49
2.5	O PROCESSO DE DECISÃO DA IEI PELA FAMÍLIA	53
3	METODOLOGIA	59
3.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	59
3.2	A UTILIZAÇÃO DO QUESTIONÁRIO COMO FERRAMENTA DE PESQUISA.....	60
3.2.1	Definindo um questionário	60
3.2.2	Escalas de atitudes	62
3.2.3	O enfoque qualitativo da elaboração do questionário	65
3.2.4	O Método Delphi.....	65

3.2.5	Entrevista inicial com os pais	67
3.2.6	Desenvolvimento da ferramenta.....	70
3.2.6.1	Criação do questionário inicial.....	70
3.2.6.2	Validação da ferramenta	76
4	RESULTADOS	80
4.1	PERFIL DOS RESPONDENTES	80
4.2	PRIMEIRA RODADA DO QUESTIONÁRIO	81
4.3	REFORMULAÇÃO DAS QUESTÕES	88
4.4	SEGUNDA RODADA DO QUESTIONÁRIO.....	91
5	CONCLUSÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	92
5.1	CONCLUSÕES	92
5.2	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	94
	REFERÊNCIAS.....	95
	ANEXO A – Questionário sobre a percepção dos pais	101

“O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas, e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram”.

Piaget

1 INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA

A mudança comportamental das mulheres, cada vez mais inseridas no mercado de trabalho, fez crescer a preocupação com o ambiente onde as crianças permanecem durante a jornada de trabalho da mãe – as Instituições de Educação Infantil (IEIs), que passaram a fazer parte da rotina de muitas famílias e constituem um local não somente de acolhimento, mas também de formação humana.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), através da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, entende-se como educação infantil:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (Brasil, 2009, p.1).

Já a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, intitulada “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, define que a educação infantil deverá ser oferecida em creches para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos de idade. Assim, faz-se aqui uma ressalva, pois existe uma diversidade no discurso dos autores que se ocupam com a educação infantil, tendo em vista a diferente definição desta modalidade de educação no tocante à idade das crianças. Alguns autores consideram a educação infantil como aquela ofertada até os 5 anos e outros até os 6 anos. Esta pesquisa considerará a versão atual, definida pelo MEC, onde a educação infantil destina-se a crianças até os 5 anos de idade.

A educação para crianças com idades entre 0 e 5 anos requer dois processos indissociáveis: cuidar e educar. Assim, fatores como atenção, carinho e segurança contribuem para o desenvolvimento das crianças que frequentam IEIs, visto que, ainda nesta fase, elas passam a conhecer o mundo a partir do contato com as pessoas e com as experiências que as cercam (CRAIDY; KAERCHER, 2001).

Neste sentido, o ambiente físico escolar colabora significativamente para determinar as condições de vida e de saúde para a criança, podendo, até mesmo, contribuir para o surgimento de doenças e acidentes (NERY et al., 2004). O conhecimento do mundo e a experimentação dos objetos, texturas, cores, brincadeiras, etc. precisam ser oferecidos com conforto e segurança para os usuários de uma IEI. A criança precisa de espaço para conhecer as habilidades que lhe competem, e de abrigo e carinho enquanto os pais ou responsáveis não podem cuidar delas.

A creche não é apenas um local onde as crianças passam o tempo, mas também um local de acolhimento, descobrimento do mundo e de autoconhecimento. É onde elas convivem com outras crianças, aprendem a dividir, a respeitar as diversidades e a conhecer outras maneiras de pensar e agir. Longe do ambiente familiar, adquirem outras vivências e desvendam um novo mundo.

Assim, percebe-se a importância de se estabelecer um ambiente propício ao desenvolvimento da criança em sua totalidade: mental, social, física e afetiva, no qual a IEI possa colaborar efetivamente para a formação holística da criança, garantindo segurança e conforto e cuidando para que nada possa servir de barreira ao pleno desenvolvimento infantil.

Tendo em vista que a maior parte dos pais e responsáveis pelas crianças desconhecem os elementos que contribuem para a segurança e o bem-estar das crianças dentro dos estabelecimentos de ensino infantil, faz-se necessária uma avaliação na legislação existente e uma aproximação dessa legislação aos pais e responsáveis, já que a escolha correta da creche para a criança é algo imprescindível.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Criar uma ferramenta que permita aos pais ou responsáveis analisar comparativamente as instituições de educação infantil e escolher aquela que melhor atenda a seus anseios, considerando-se a segurança e o bem-estar das crianças.

1.2.2 Objetivos específicos

- Conhecer, a partir dos documentos e normas, os preceitos que podem garantir o bem-estar e a segurança das crianças dentro de uma instituição de educação infantil.
- Avaliar a eficácia da ferramenta produzida nesta pesquisa, analisando sua inteligibilidade e utilidade para os pais.
- Compreender a importância que as questões que garantem o conforto e a segurança das crianças têm para os pais no momento da escolha pelo estabelecimento de ensino infantil.
- Fornecer meios para que os responsáveis pela criança consigam confrontar os resultados apresentados pelas diversas creches avaliadas e possam vislumbrar a melhor opção dentre elas a partir de sua própria percepção.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta pesquisa se compõe de cinco capítulos.

- O Capítulo 1 é destinado às considerações iniciais, objetivos e estrutura do trabalho.
- O Capítulo 2, intitulado “Enquadramento Teórico”:
 - ✓ fornece subsídios para embasar a pesquisa;
 - ✓ inicia-se com informações sobre o histórico da educação infantil no Brasil, relatando o modo e os motivos pelos quais as instituições infantis surgiram e como o Estado contribuiu para avultar as questões normativas em relação aos padrões de qualidade para ambientes educacionais infantis;
 - ✓ aborda a importância da creche na atualidade e seu papel na formação humana;
 - ✓ descreve as principais causas de acidentes e doenças na primeira infância;
 - ✓ versa sobre as “Considerações sobre a Infraestrutura das Instituições de Educação Infantil”, destacando as normas brasileiras e os parâmetros relativos à infraestrutura física das instituições infantis, tais como a Portaria

GM/MS Nº321, de 26 de maio de 1988, do Ministério da Saúde (BRASIL, 1988b), os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil, do MEC (BRASIL, 2006), e a NBR 9050 (ABNT, 2004), que trata da acessibilidade;

- ✓ aborda questões como prevenção contra incêndio e iluminação e ventilação dos ambientes destinados à educação infantil;

- ✓ menciona a forma como as IEIs são escolhidas pelas famílias, buscando entender, nesse processo de decisão, os fatores responsáveis pela escolha.

- O Capítulo 3 destina-se a explicar a metodologia empregada neste trabalho e versa sobre:

- ✓ as considerações iniciais descritas por esta pesquisa, embasando-a teoricamente;

- ✓ a utilização do questionário como ferramenta de pesquisa, definindo-o e descrevendo suas formas e métodos;

- ✓ as escalas de atitudes utilizadas na ferramenta e também para sua validação;

- ✓ o método Delphi, utilizado como base para a validação da ferramenta;

- ✓ uma entrevista inicial realizada com os pais, no intuito de conhecer melhor a visão destes sobre a segurança e conforto dentro das IEIs;

- ✓ o desenvolvimento da ferramenta com a criação do questionário inicial, versando sobre as questões de segurança e bem-estar dentro das IEIs;

- ✓ a validação da ferramenta com as duas rodadas sugeridas no método Delphi.

- O Capítulo 4 demonstra os resultados angariados com esta pesquisa e demonstra os motivos da reformulação da ferramenta.

- O Capítulo 5 traz as conclusões finais e recomendações para trabalhos futuros.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A educação para crianças foi, durante muito tempo, destinada às famílias e aos grupos sociais aos quais elas pertenciam. Desta forma, os conhecimentos necessários para enfrentar a vida adulta advinham dos adultos e das outras crianças que faziam parte do seu meio social. Ao longo de um período extenso na história da humanidade, não houve nenhuma instituição que compartilhasse a responsabilidade pela formação da criança. Assim, pode-se dizer que a educação infantil, conforme a conhecemos na atualidade, é algo muito recente (CRAYDI; KAERCHER, 2001).

Na Europa, as creches e pré-escolas surgiram após a Revolução Industrial, associando-se ao trabalho materno fora do lar. O surgimento da indústria moderna alterou significativamente a estrutura social, modificando os hábitos e costumes familiares. As mães que trabalhavam nas fábricas passaram a utilizar o trabalho das chamadas “mães mercenárias”, mulheres que, ao renunciar ao trabalho fabril, abrigavam e cuidavam dos filhos das mães operárias em troca de dinheiro (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

As primeiras instituições infantis na Europa e nos Estados Unidos tinham a função de cuidar das crianças enquanto as mães estavam trabalhando. Todavia, somente em seu início essas instituições tiveram apelo assistencialista, pois logo se percebe um caráter pedagógico inserido nas creches e jardins de infância (PASCHOAL; MACHADO, 2009). Em relação às creches, Vital Didonet (2001, p.12) ressalta que:

Os primeiros nomes dessa instituição são reveladores do seu propósito: *garderie*, na França; *asili*, na Itália; *écoles gardiennes*, na Bélgica. Até hoje, *guardería* é a expressão usada em vários países latino-americanos para referir-se à instituição que atende às crianças menores de 3 anos. “Guarda da criança” também foi a expressão que traduziu a intenção nos primórdios dessa instituição no Brasil. A consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, determinou que as empresas com mais de 30 mulheres trabalhadoras deviam ter um lugar para a guarda das crianças no período da amamentação.

A instituição creche, na cidade de Vancouver, no Canadá, por exemplo, foi instituída em 1909, oferecendo uma solução para a classe de mães que precisavam trabalhar, mas não tinham com quem deixar seus filhos devido à escassez de trabalhadoras domésticas na cidade. Percebe-se, portanto, que a criação da creche nessa cidade tinha mais em comum com a proliferação de empregos do que com assistência social (PASOLLI, 2012).

Pode-se dizer que, no Brasil, “a primeira experiência de assistência às crianças foi desenvolvida pelo Pe. Anchieta, através de seu trabalho de catequização das crianças índias” (SANTANA, 1998). Em seguida, podemos considerar como iniciativa assistencialista ao recém-nascido a Roda dos Expostos, estruturas instaladas em hospitais de misericórdia (ARANTES, 2010). A Roda era geralmente um cilindro oco que girava em torno de seu próprio eixo, onde crianças rejeitadas por seus pais eram colocadas para que fossem recolhidas e cuidadas pelas freiras das Casas de Misericórdia.

No Brasil, as primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora e as viúvas (PASCHOAL; MACHADO, 2009). Em 1879, no Rio de Janeiro, surgia uma das primeiras referências à creche em um jornal intitulado “A Mãe de Família”, destinada às mães burguesas da época. Em um artigo escrito pelo Dr. K. Vinelli, médico da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, a creche era descrita como uma proposta surgida na Europa em função do aumento do trabalho feminino. Embora no Brasil ainda não houvesse uma demanda nesse sentido, o médico salientava sua preocupação com a educação dos filhos das escravas após a criação da Lei do Ventre Livre (KUHLMANN Jr., 1991).

Em 1889 era criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. Naquele mesmo ano acontecia a inauguração da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, primeira creche brasileira para filhos de operários de que se tem registro. No início do século XX, mais precisamente durante as duas primeiras décadas, surgiam as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas no país. Em congressos cuja abordagem era a assistência à infância, recomendava-se a instalação de creches junto às indústrias, reforçando-se a necessidade de uma regulamentação das relações de trabalho (KUHLMANN Jr., 1991).

Ao longo dos anos seguintes, o avanço da industrialização e o aumento das mulheres da classe média no mercado de trabalho fizeram com que a questão das

instituições de educação infantil fosse avultada (PASCHOAL; MACHADO, 2009). Todavia, é importante ressaltar que a menção às crianças com idade inferior a 3 anos não existia nos termos da legislação federal:

Pesquisando a legislação educacional de Minas Gerais e do Brasil, verificamos a ausência da palavra “creche” e de qualquer referência à criança de 0 a 3 anos nas leis da educação ao longo do século XX. Na legislação federal, os termos “pré-primário” e “educação pré-primária” serão predominantemente empregados. Em 1937, com a primeira proposta de Plano Nacional de Educação, estão presentes os termos “jardins de infância” e “escolas infantis”. Mais tarde, em 1948, o projeto da primeira LDB refere-se a “instituições pré-primárias” em geral. Ora, mesmo usando um termo amplo – educação pré-primária ou educação pré-escolar, que significam uma educação formal antes da escola primária – a legislação se referia, na prática, à criança de 4 a 6 anos. É muito recente, portanto, a legislação educacional brasileira incluir a criança de 0 a 3 anos como sujeito de direitos à educação e incorporar a creche nos sistemas de ensino (MELLO et. al, 2010, p.21).

É interessante destacar que o feminismo na década de 70 fez com que o panorama sobre as questões educacionais infantis fosse alterado. A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional na década de 1970 gerou novas expectativas para o mundo feminino. A modernização, acompanhada de novos modelos de comportamento sexual e afetivo, passou a alterar o mundo privado. Os valores tradicionais nas relações familiares, impregnados de autoritarismo patriarcal, passaram a entrar em conflito com as novas experiências (SARTI, 2004). Neste sentido, os movimentos feministas mudaram a faceta das instituições infantis, pois a ideia de que tanto as creches como as pré-escolas deveriam atender a todas as mulheres, independentemente de sua necessidade de trabalho ou condição econômica, foi amplamente defendida (HADDAD, 1993).

Até meados dos anos 70, pouco foi realizado no sentido de oferecer educação infantil. Em 1972, o Ministério da Saúde fez uma publicação intitulada “Creches: instruções para instalação e funcionamento”. Esse manual trazia informações sobre administração, organização e funcionamento das creches. Em 1989 foi revisado e passou a intitular-se “Normas para construção e funcionamento de creches” (SANTANA, 1998).

Já na década de 80, organizações não governamentais, pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica e população civil uniram-se para tentar conscientizar a sociedade em favor do direito do ensino de qualidade desde o

nascimento (PASCHOAL; MACHADO, 2009). Na verdade, apenas em 1988 a Constituição afirmou o atendimento infantil em creches e pré-escolas como sendo dever do Estado. Essa conquista foi resultado de reivindicações das mulheres, dos trabalhadores e até mesmo dos movimentos dos próprios profissionais da educação. Assim, pode-se observar que, no artigo 208 da Constituição, o Estado afirma como seu dever a garantia da "educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até cinco anos de idade" (BRASIL, 1988a).

Em 13 de julho de 1990 é decretado o Estatuto da Criança e do Adolescente através da lei 8.069, dispondo sobre a proteção integral da criança e do adolescente. Em seu artigo 4º o Estatuto dispõe que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, vem para afirmar que a educação infantil deve prover o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Afirma ainda que a educação infantil deverá ser oferecida em creches ou equivalentes, para crianças de até três anos de idade, e em pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade (BRASIL, 1996).

Em 1998, o MEC publica os "Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil", documento que promove a articulação entre o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, baseando-se na promulgação da LDB de 1996 (BRASIL, 1998b). Ainda nesse ano, lança mão do "Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil", onde as seguintes considerações são feitas:

Considerando a fase transitória pela qual passam creches e pré-escolas na busca por uma ação integrada que incorpore às atividades educativas os cuidados essenciais das crianças e suas brincadeiras, o Referencial pretende apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998a, p.7).

Nos anos de 1998 e 1999, foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, com o objetivo de direcionar as propostas pedagógicas no âmbito da educação infantil. Esse documento contribuiu significativamente para a melhoria dos padrões de ensino da educação infantil e ensino fundamental, tendo em vista a discussão sobre a qualificação dos profissionais que atuam nestes níveis da educação (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Em 2001 foi aprovada a lei nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação, com o objetivo de estabelecer metas para todos os níveis de ensino. Sua vigência se estendeu até o ano de 2010 (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Em 2006, o MEC elaborou o documento “Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação”, no intuito de planejar os espaços destinados à educação infantil, no qual assegura que as necessidades dos usuários devam ser atendidas, destacando o conceito de “escola inclusiva”, com a criação de ambientes acessíveis às pessoas com necessidades especiais, sejam elas crianças, professores, funcionários ou membros da comunidade (BRASIL, 2006).

Em 2010, o governo federal enviou ao Congresso o projeto de lei que criou o Plano Nacional de Educação, para vigorar de 2011 a 2020. Tal plano traça, como uma de suas metas, a avaliação da educação infantil com base em instrumentos nacionais, de modo a avaliar a infraestrutura física e os recursos de acessibilidade empregados na creche e na pré-escola. O texto do PNE prevê formas de a sociedade monitorar as metas estabelecidas no documento (BRASIL, 2010a). Em junho de 2014, a presidente Dilma Rousseff sanciona, sem vetos, o Plano Nacional de Educação, após quatro anos de tramitação nas esferas governamentais (MATOSO, 2014).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de frequência de crianças em creches ou escolas está aumentando no Brasil, conforme exemplificado na Tabela 1. Todavia, essa frequência é relativamente pequena se comparada a países como a Dinamarca, onde, no ano de 2007, 90% das crianças entre zero e três anos de idade frequentaram instituições de educação infantil (BROSTRÖM; HANSEN, 2010).

Tabela 1 – Taxa de frequência de crianças entre zero e seis anos de idade à escola ou creche no Brasil (1991/2007)

Período	Taxa de frequência
1991	27,5
2001	34,9
2002	36,5
2003	37,7
2004	40,2
2005	40,8
2006	43
2007	44,5

Fonte: IBGE (2014)

Vários fatores podem ser apontados como motivos pelos quais algumas crianças não frequentam creches ou pré-escolas no Brasil – falta de vagas, inexistência de escolas nas proximidades da residência dos pais ou responsáveis, custos com materiais escolares, ausência de transportes, etc. Vale ressaltar que a probabilidade de a criança frequentar uma creche aumenta conforme o grau de escolaridade, principalmente, da mãe, chegando a 100% para mães com mestrado e doutorado (KAPPEL; KRAMER, 2001).

2.2 A CRECHE NA ATUALIDADE

As creches – instituições infantis destinadas a abrigar crianças que, por algum motivo, não podem permanecer em casa aos cuidados dos responsáveis –, são alvo de discussões no meio acadêmico. A antiga noção que se tinha sobre elas, como sendo um depósito de crianças, já não é mais aceita. Na atualidade, os debates sobre a importância de um projeto pedagógico que estabeleça condições para o pleno desenvolvimento infantil são cada vez mais constantes e buscam aprimorar os padrões e normas que regem os estabelecimentos infantis. A autora Gilda Rizzo (2012, p.46) faz uma declaração que, para muitos, pode ser até mesmo polêmica, mas que explicita bem o momento que a sociedade vive:

[...] É, portanto, necessário que encaremos com honestidade e naturalidade que a creche deva estar disponível para qualquer criança, independentemente de suas mães trabalharem fora ou não. Aquelas, cujas mães não sintam prazer em conversar com elas, em fazer-lhes companhia nos brinquedos e, ao contrário, impacientam-se com suas travessuras ou enfadam-se com a monotonia de suas brincadeiras, estarão mais protegidas e mais convenientemente estimuladas intelectual e psicologicamente, se acolhidas numa instituição especializada e com profissionais de educação qualificados. A sociedade precisa estar consciente de que nem todas as mulheres, mesmo aquelas que podem ficar em casa sem trabalhar fora, estão geneticamente programadas para gostar de cuidar de crianças, fazer mingaus e papinhas, dar banhos ou brincar de carrinhos e bonecas 24 horas por dia. A sociedade não pode culpá-las, e sim oferecer-lhes uma estrutura de amparo que lhes permita desenvolver seus interesses, para depois, satisfeitas, curtirem com prazer e qualidade a relação com seu filho, em período menor, ao buscá-lo na creche. [...]

Neste sentido, percebe-se a importância do estabelecimento de um ambiente confortável e propício ao desenvolvimento da criança em sua totalidade: mental, social, física, afetiva, etc. É relevante observar que o desenvolvimento da inteligência da criança requer a experimentação do mundo que a cerca (CRAIDY; KAERCHER, 2001). Assim, se o adulto impede a criança de explorar o mundo e adquirir suas próprias experiências, ele passa para ela seus pré-conceitos e valores, sem deixar que a própria criança tenha suas vivências (SANTANA, 1998).

Por conseguinte, e tendo em vista sua necessidade de conforto e bem-estar, a preocupação com a saúde da criança e com o espaço que a cerca é fundamental, pois ela passará grande parte do seu dia no ambiente escolar. Para Craidy e Kaercher (2001), a saúde compreende a procura pelo equilíbrio físico, mental e social, assim como a relação do indivíduo com o seu ambiente. Assim, ao se falar de saúde dentro das instituições de educação infantil, devem-se avaliar as ações de higiene e de prevenção de doenças e de acidentes. O conceito de higiene deve ser pensando como promoção da saúde física e mental da criança.

Para Rizzo (2012, p.49), a creche é atualmente um ambiente destinado a promover condições que possibilitem o desenvolvimento integral da criança sadia nos seus primeiros três anos de vida. Assim, o verdadeiro motivo de a creche existir é “responder pelos cuidados integrais da criança na ausência da família.” Ainda que a LDB, de 1996, estabeleça que o atendimento a crianças de zero a três anos de idade deva ser feito pelas creches, é importante advertir que o afastamento prematuro do bebê de sua mãe nunca é indicado.

Deve-se salientar que a creche, por suas particularidades, necessita ser dissociada de outras instituições de educação infantil, conforme podemos ver na consideração abaixo:

Embora outras instituições conhecidas como escolas maternais, jardins de infância e pré-escolas possam atender à criança da mesma faixa etária, o que caracteriza a creche é o seu tipo de atendimento, cuja finalidade é o atendimento às necessidades de horário e responsabilidades familiares, e distingue-se das outras, justamente pela sua maior ou total flexibilidade de horário e funcionamento, período de férias e de matrícula, e pelo fato de que deve acrescentar às atividades psicopedagógicas as de higiene e alimentação, que são facultativas às primeiras. Embora a atual LDB as distinga, apenas pela faixa etária, como instituições semelhantes no trabalho que oferecem – a creche, atendendo a crianças de zero a três anos, e a pré-escola, de quatro a seis anos -, é bem grande a diferença do serviço que se presta nos dois tipos de instituição (RIZZO, 2012, p.51).

Também é importante salientar que a creche deve ser o lugar onde a criança receba estímulos psicopedagógicos constantes e se sinta à vontade para experimentar o mundo que a cerca, sem que nenhum elemento ofereça riscos à sua saúde. Assim, é essencial estabelecerem-se parâmetros que possam garantir sua saúde e segurança dentro das IEIs, mas principalmente para as creches, que atuam com a faixa etária mais frágil da infância. A Tabela 2 apresenta a relação adultos/crianças ideal dentro do ambiente da creche:

Tabela 2 – Relação ideal adulto-criança para o ambiente de creche

Idade	Padrão Bom	Padrão Ótimo
Berçário	2 adultos para 6 ou 8	1 adulto para cada 3 ou 4
De 3 a 12 meses	bebês	bebês, sendo, no mínimo, 2 adultos por grupo
Maternal 1	2 adultos para 10 ou 12	1 adulto para cada 6
De 12 a 24 meses	crianças, com auxílio de 1 babá	crianças, sendo, no mínimo, 2 adultos por grupo
Maternal 2	2 adultos para 16 ou 18	1 adulto para cada 8
De 24 a 36 meses	crianças, com auxílio de 1 babá	crianças, sendo, no mínimo, 2 adultos por grupo
Maternal 3	2 adultos para 18 ou 25	1 adulto para cada 12
De 36 a 54 meses	crianças, com auxílio eventual de 1 babá	crianças, sendo, no mínimo, 2 adultos por grupo, com auxílio eventual de 1 babá

Fonte: RIZZO (2012)

Diante das expectativas e necessidades para a formação estrutural das creches, torna-se imprescindível um diálogo mais apurado sobre as particularidades a serem observadas dentro dos ambientes destinados a crianças de zero a três anos de idade. Esse diálogo deve ser multidisciplinar, tendo em vista que a formação da criança é baseada em estruturas complexas relacionadas às práticas pedagógicas dentro dos ambientes escolares. Obviamente, as questões pedagógicas devem ser trabalhadas por profissionais da área educacional, e cabe aos profissionais da área da construção civil a avaliação física dos ambientes da creche, no intuito de promover a adequação dos espaços às atividades promovidas.

2.3 PRINCIPAIS CAUSAS DE ACIDENTES E DOENÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Os acidentes, principalmente os domésticos, representam a principal causa da mortalidade infantil no Brasil (BRASIL, 2013). Esse fato é preocupante, pois, de acordo com dados do IBGE, o número de óbitos em crianças menores de um ano de idade é muito expressivo, como demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 – Mortalidade infantil no Brasil por faixa etária

Grupos de idades	População	Óbitos
Menos de 1 ano	2 713 244	46 116
1 a 4 anos	11 082 914	7 576
5 a 9 anos	14 969 375	4 493

Fonte: adaptado do IBGE (2010)

De acordo com Amaral e Paixão (2013), o acidente é definido como um acontecimento fortuito, que independe da vontade humana, provocado por uma força externa que age ligeiramente causando um dano corporal ou mental. Neste sentido, está implícita a conotação de não intencionalidade. Pode-se dizer que os tipos de acidentes estão relacionados com as fases do desenvolvimento, conforme demonstrado na Tabela 4:

Tabela 4 – Tipos de acidentes com crianças e adolescentes por fase de desenvolvimento

Faixa etária	Tipo de acidente	Fase do desenvolvimento
RN* a 4 meses	• Asfixia • Queda • Queimadura • Intoxicação • Afogamento	• Totalmente dependente do adulto • Segue com os olhos objeto na linha média • Eleva a cabeça • Segura objetos • Sentado sustenta a cabeça
5 a 10 meses	• Aspiração • Intoxicação • Traumas em geral • Queimadura • Choque elétrico	• Coloca tudo na boca • Senta • Engatinha • Fica de pé com apoio • Não tem medo de animais
1 ano	• Anteriores + • Acidente de trânsito • Queda	• Fica de pé • Anda • Pode subir escadas
1 a 3 anos	• Anteriores + • Queda • Mordedura	• Atividade motora intensa • Empilha objetos • Tem crises de birra
3 a 5 anos	• Anteriores + • Acidente de trânsito • Queda	• Corre • Pula • Começa a vestir-se sozinho
6 a 10 anos	• Anteriores + • Acidente esportivo • Agressão entre crianças • Traumatismo dentário	• Conta e inventa histórias • Gosta de canções • Corre
10 a 15 anos	• Anteriores + • Uso de drogas • Armas e violência	• Mudanças físicas e psicológicas • Risco de gravidez e DSTs • Impulsividade

* RN = recém-nascido

Fonte: Amaral e Paixão (2013)

Para Guimarães (2004), existem fatores que tendem a aumentar a possibilidade de acidentes em crianças, tais como o tipo de educação ministrada, o

sexo, a raça, a condição socioeconômica, fatores psicológicos e psíquicos, o ambiente e a idade.

É fato que as crianças entre zero e cinco anos de idade precisam de maior atenção e cuidados para que possam se desenvolver favoravelmente. Seus sistemas orgânicos e motor, ainda imaturos, tornam-nas mais propensas a contrair doenças como diarreias, problemas respiratórios e outras afecções, além de acidentes (NERY et. al, 2004).

As crianças na faixa etária de zero a cinco anos são mais vulneráveis a acidentes até mesmo por sua condição física – a partir do nascimento, o corpo passa a se desenvolver num mundo cheio de obstáculos, bem diferente do ambiente seguro oferecido pelo ventre materno. Como afirmam Nery et. al (2004), os aspectos físicos, sensoriais, psicomotores e cognitivos das crianças são desenvolvidos com o tempo e, assim, elas se tornam mais suscetíveis aos acidentes no início da vida. Na primeira infância, fase de experimentação ativa, a curiosidade, a falta de noção do perigo e a ilusão de que nada poderá acontecer consigo mesma intensifica o risco de acidentes em crianças.

Para Dias et al. (2013), as creches se tornaram uma alternativa devido às exigências do mundo globalizado, em que a atuação feminina no mercado de trabalho é constante. Pode-se dizer que, atualmente, uma parcela considerável de crianças frequenta instituições infantis, o que torna a preocupação com seu bem-estar um importante alvo de estudo. Veríssimo (2001 apud DE SOUZA; PINTO, 2005) ressalta que estudos sobre a permanência de crianças em creches têm aumentado em virtude da importância que as mesmas possuem no crescimento e no desenvolvimento infantil.

Para Bessa e Vieira (2012), a responsabilidade com a prevenção de acidentes em crianças deve envolver a atuação de todos os profissionais que atuam na formação dos indivíduos em crescimento. Por conseguinte, a prevenção deve ser iniciada no contexto familiar e estender-se ao escolar, incluindo-se aí a participação da criança e seus responsáveis.

De acordo com o exposto, percebe-se a necessidade de diálogo entre os profissionais que atuam na educação infantil, os responsáveis pela criança e os profissionais que criam o espaço por ela frequentado, para que sua integridade física e mental seja preservada.

Para nortear e aprimorar os procedimentos realizados com as crianças, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro (2010) criou o “Manual de Orientações para Profissionais da Educação Infantil”, com orientações sobre cuidados pessoais dos profissionais, higiene, primeiros socorros e cuidados com o ambiente, dentre outros. Em relação ao ambiente, na tentativa de se evitarem acidentes, destacam-se:

- Manter as tomadas fora do alcance das crianças, ou, quando não for possível, resguardá-las com protetores;
- Optar, sempre que possível, por mobiliário fixo;
- Manter qualquer fio ou corda longe das crianças, para evitar enforcamento;
- Dar preferência a persianas plásticas, por serem de fácil limpeza, evitando as cortinas de pano;
- Cuidar para que os trincos das portas fiquem fora do alcance das crianças, assim como as chaves;
- Promover a desinfecção do fraldário a cada troca de fralda com solução adequada; além disso, forrar o trocador com papel descartável a cada troca de fralda;
- Respeitar sempre a troca de lençol, para que os berços possam ser utilizados por mais de uma criança, em horários diferentes;
- Manter a distância de aproximadamente 90 cm entre berços e colchonetes, a fim de permitir a passagem de um adulto;
- Não utilizar os carrinhos que trazem os bebês (e, portanto, circulam nas ruas) dentro dos berçários;
- Descartar o lixo em lixeiras pequenas, para que seja descartado rapidamente;
- Promover a limpeza frequente dos filtros do condicionador de ar e dos ventiladores, dando sempre preferência a ambientes iluminados e ventilados naturalmente;
- Colocar redes de proteção nos vãos e janelas (imprescindíveis);
- Promover a manutenção constante das cerâmicas (paredes e pisos) em caso de quebras;
- Abaular as quinas ou protegê-las com algum material;
- Utilizar piso anti-impacto, ideal para o berçário.

A importância da prevenção de acidentes em ambientes de educação infantil é notável e, portanto, deve fazer parte das discussões acadêmicas de forma multidisciplinar. Assim, Neto; Alves e Paes (2010, p. 385) realizaram um estudo para avaliar os riscos de acidentes em uma creche comunitária na cidade de Ipatinga, MG. O estudo aponta os relatos de funcionárias da creche quando questionadas sobre a origem dos principais acidentes:

Quando questionadas sobre a ocorrência de acidentes com as crianças na creche, as monitoras relataram principalmente as quedas que ocorreram no banheiro, na escada, no piso do refeitório e na gangorra, e duas participantes relataram que “houve lesão nos dedos das crianças porque pressionou na porta”. Os relatos demonstram estes resultados:

“A maioria das quedas são devido ao piso escorregadio do banheiro e refeitório.”

“Teve uma criança que cortou a boca e o sobre cílios ao cair da gangorra.”

“O corrimão da escada é muito baixo as crianças fazem ele de escorregador procuramos ficar sempre atenta para evitar as quedas.”

As quedas são sempre preocupantes, principalmente quando falamos de crianças menores de três anos de idade. O Ministério da Saúde, através do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) informa que, do total de atendimentos em serviços sentinelas de Urgência e Emergência por quedas registrados nos anos de 2008 e 2009, a maior proporção dos atendimentos ocorreu entre crianças, adolescentes e adultos jovens. As faixas etárias mais acometidas no sexo masculino foram de 0 a 9 anos (29,2%), 10 a 19 anos (21,2%) e 20 a 29 anos (14,3%). Já no sexo feminino, a maior proporção incluiu pessoas de 0 a 9 anos (25,4%) e de 60 e mais anos (17,9%) (BRASIL, 2010b).

Assim, pode-se perceber que a maior parte das quedas ocorre com as crianças. Acidentes domésticos são, em sua maioria, os responsáveis por essas quedas. Nas instituições de educação infantil, a atenção deve ser redobrada, e o ambiente avaliado cuidadosamente para se evitarem acidentes como o ocorrido no caso registrado por Marques (2013):

Após a morte de um bebê de 10 meses, que estava usando um andador, em 2009, a cidade de Passo Fundo (a 284 km de Porto Alegre) passou a seguir recomendação do Ministério Público de proibir que o equipamento seja usado em órgãos públicos do município que lidem com crianças, como creches e escolas.

A recomendação da promotoria aconteceu a partir de uma denúncia do pediatra Rui Wolf, que atendeu a criança horas depois da queda,

já inconsciente, no CTI (Centro de Terapia Intensiva) de um hospital local.

"O bebê caiu quatro degraus e bateu a cabeça. Os pais não deram conta da gravidade do acidente e foram a uma festa de aniversário. Ela não chorava, nem vomitava, mas, quando dormiu, não acordou mais", disse Wolf.

De acordo com o médico, quando chegou ao hospital, a criança tinha um edema na cabeça com 400 ml de sangue, e sobreviveu 24 horas. "Era quase a metade de todo o sangue que um bebê tem no corpo, na cabeça. Todos na CTI ficaram muito comovidos, porque a mãe da criança não parava de cantar cantigas de ninar", afirmou o médico.

Acidentes como esse podem ocorrer e, muitas vezes, a mídia não toma conhecimento. O problema é maior quando, por medo de represálias, as professoras ou berçaristas os escondem dos pais, atrasando um atendimento emergencial que pode levar a criança a óbito. A maior parte das estatísticas sobre acidentes advém de dados oficiais de serviços de saúde, que, na maioria das vezes, ocultam acidentes considerados de menor gravidade. Todavia, mesmo os acidentes considerados menos graves podem levar a óbito, como o descrito na reportagem supracitada.

Em relação às doenças elencadas na primeira infância, as alergias respiratórias podem ter origem em problemas relacionados com a presença de umidade nos locais de permanência da criança. Assim, creches que apresentam paredes mofadas, lodo ou qualquer outro elemento que possa caracterizar um ambiente úmido, podem ser responsáveis por doenças respiratórias surgidas na infância.

Num estudo realizado em creches da cidade de São José do Rio Preto (SP), entre os anos de 2003 e 2005, Bonfim et al. (2011) concluíram que vírus respiratórios e infecções causadas por eles fazem parte do cotidiano das crianças que frequentam essas creches. Os autores ressaltam que, atualmente, pouca importância tem sido dada a este assunto por parte da comunidade acadêmica, embora seja indiscutível que o contato com outras crianças aumente a probabilidade de uma criança mantida em creche contrair infecções respiratórias por contágio.

Neste sentido, visando à salubridade, enfatiza-se a importância de uma ventilação adequada nos ambientes internos das instituições de educação infantil, para que proporcionem a renovação do ar e evitem a proliferação de focos de doenças. Ressalta-se que as alergias respiratórias em crianças podem estar relacionadas a três fatores: hereditariedade, ambiente e fatores psicológicos.

Portanto, se existe a predisposição genética, mudanças bruscas de temperatura e fatores como muito pó, carpetes, cortinas, tapetes e ambientes que favoreçam o desenvolvimento de fungos, mofo e ácaros podem propiciar o aparecimento de doenças respiratórias (FILHO, 1995).

Segundo Nesti; Goldbaum (2007, p.305), “a disseminação de doenças infecciosas nas creches sofre a influência das práticas utilizadas no manuseio das crianças e no cuidado ambiental.” Medidas de controle podem ser tomadas no intuito de minimizar a proliferação de doenças entre as crianças. Tais medidas foram estudadas e compiladas na Tabela 5:

Tabela 5 – Sumário dos principais fatores de risco e das medidas de controle das doenças transmissíveis em creches

FATORES DE RISCO	MEDIDAS DE CONTROLE
Número de crianças por classe	Normas descrevendo o número máximo de crianças por classe
Crianças cuidadas em conjunto, independentemente da faixa etária	Crianças separadas em grupos por faixa etária
Vacinação incompleta	Normas e monitoramento de vacinação de crianças e funcionários
Uso de fraldas de pano que não são peças únicas com o revestimento impermeável	Utilização de fraldas descartáveis
Fraldas usadas sem roupas sobre as mesmas (maior contaminação ambiental)	Utilização de roupas sobre as fraldas
Contaminação das mãos após determinadas atividades (uso do banheiro, troca de fraldas, assoar o nariz)	Rotina de lavagem das mãos, com orientação para os momentos em que a lavagem deve acontecer
Contato com sangue e secreções	Uso de precauções padrão
Troca de fraldas	Rotina de trocas de fraldas para diminuir o risco de entrar em contato com urinas e fezes
Troca de fralda e manuseio de alimentos realizados pela mesma pessoa	Funcionários não acumularem funções de trocar fraldas e preparar e manipular alimentos
Contaminação da superfície onde ocorre a troca de fraldas	Área de troca separada, desinfetada após cada uso, com descarte apropriado das fraldas usadas
Contaminação ambiental	Rotina de limpeza das superfícies
Contaminação de brinquedos	Rotina de limpeza dos brinquedos

Fonte: Nesti; Goldbaum (2007)

Como se pode verificar na Tabela 5, a higiene dos ambientes é condição essencial para o controle de doenças nas IEIs. Neste sentido, destaca-se a importância da avaliação das superfícies (pisos, paredes, tetos, brinquedos, etc.) dentro das edificações, no intuito de facilitar sua higienização. A avaliação de elementos que podem contribuir para a proliferação de ácaros, como tapetes e cortinas, também deverá ser alvo das discussões acadêmicas, assim como a presença de umidade, fator determinante para a existência de mofo no ambiente.

2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INFRAESTRUTURA DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A creche, ambiente destinado a crianças de zero a três anos de idade, e a pré-escola, destinada a crianças de quatro a cinco anos de idade, precisam ser avaliadas em relação à sua infraestrutura física e a todos os riscos que poderão oferecer à saúde física e mental dos usuários. Assim, buscar-se-á elencar os principais pontos a serem avaliados, a partir de conceitos estabelecidos para garantir o conforto e a segurança das crianças dentro dos ambientes.

Entende-se o termo infraestrutura, nesta pesquisa, como os elementos dos quais fazem parte o espaço físico de determinado local, garantindo seu pleno funcionamento. Este conceito exprime a mesma abordagem utilizada pelo termo no documento “Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006)”, onde são elencados preceitos que definem um espaço físico adequado para as instituições de educação infantil.

Para este intento, uma pesquisa bibliográfica exploratória sobre os parâmetros que definem conforto e bem-estar aos usuários de uma IEI foi realizada. Foram identificadas, no âmbito das discussões acadêmicas, as principais normas e parâmetros que norteiam as questões sobre adequação para a infraestrutura física das mesmas. Tais recomendações serão descritas a seguir.

Ressalta-se que existe um projeto definido como “Projeto Padrão do Fundo Nacional de Desenvolvimento para Educação (FNDE)”, disponibilizado na íntegra, inclusive com os projetos e planilhas executivas, no site do FNDE. A construção de escolas para rede pública de educação infantil segue os padrões arquitetônicos

descritos por este projeto (LORENZONI, 2013). O Projeto Padrão FNDE se fundamenta nos parâmetros descritos a seguir, o que os reforça como sendo primordiais para a instrução dos preceitos que podem garantir conforto e segurança dentro dos estabelecimentos de permanência das crianças.

2.4.1 Normas e parâmetros para bem-estar e segurança dentro das Instituições de Educação Infantil

2.4.1.1 Portaria GM/MS Nº 321, de 26 de maio de 1988

A Portaria nº 321, de 26 de maio de 1988 (BRASIL, 1988b), destina-se a aprovar as normas e os padrões mínimos destinados a instruir a construção, instalação e funcionamento de creches em todo o território nacional. A norma deve ser aplicada em construções novas, de forma integral, e em ampliações de creches já existentes, sob forma de adequação.

Em relação ao terreno onde a creche será construída, a Portaria faz considerações importantes, tais como a “adequação entre a área disponível e o número de crianças a serem atendidas” (BRASIL, 1988b). Esta consideração é fundamental para garantir conforto e bem-estar aos usuários da IEI, principalmente porque a criança precisa de espaço para realizar suas atividades de forma saudável e propícia à sua idade.

A falta de um solário, ambiente exigido pela Portaria, não poderá ser ignorada, tendo em vista que as crianças precisam de sol para a fixação de cálcio, principalmente pela manhã. Sendo assim, a área do solário deverá ser voltada para o leste. E, porque a exposição prolongada à luz do sol pode ser prejudicial à saúde, as áreas descobertas devem ser entremeadas por locais cobertos e protegidos por sombra, especialmente as naturais, que podem ser obtidas das árvores (RIZZO, 2012).

A proibição da implantação de creches em subsolos ou pavimentos superiores (BRASIL, 1988b) é extremamente importante, tendo em vista os perigos de uma situação de risco, como incêndios, por exemplo. A evacuação em locais planos é

muito mais rápida, levando-se em consideração a fragilidade do público em questão. Assim, em caso de sinistro, as crianças serão mais facilmente conduzidas para a saída da creche. A importância do contato da criança com a natureza também é inegável, sendo outra característica importante para a implantação das creches em pavimento térreo.

Segundo Scardua (2009), por vezes, dentro das IEIs, as crianças permanecem presas em salas de aula ou em pátios com solo de cimento. Tais fatores dificultam sua interação com o meio ambiente. Em geral, as crianças são curiosas e preferem o contato com a natureza, onde gostam de observar insetos, brincar com água, fazer festa na caixa de areia, subir nas árvores.

Assim, a existência de um pátio aberto, descoberto e com presença de vegetação se torna imprescindível na elaboração de projetos para uma nova creche. No entanto, como já observado para as questões de metragem por número de crianças, em edificações adaptadas tais locais podem não existir, gerando deficiência nas questões pedagógicas no que tange ao contato da criança com o mundo que a cerca.

A Portaria faz menção à importância da proximidade da creche com o local de residência ou de trabalho dos pais (BRASIL, 1988b). De fato, em qualquer situação de emergência ou risco para a criança, o acesso à IEI será feito com maior agilidade pelos responsáveis. Esta consideração é, pois, de extrema relevância.

O afastamento mínimo de 3m em relação à rua e aos vizinhos, recomendado por essa Portaria, deve ser respeitado para as novas construções, observando-se os códigos de obras existentes, que, obviamente, podem pedir maiores ou menores afastamentos, dependendo da localização. Todavia, em construções já existentes não há como se avaliar tal fator, pois, em sua maioria, as edificações utilizadas para ser creches são adaptações de casas (geralmente antigas e, por conseguinte, mais espaçosas), que podem não respeitar as normas atuais e os códigos de obras municipais.

Em relação aos acessos da creche, a Portaria destaca que:

A creche deve possuir os seguintes acessos externos, de modo a possibilitar maior controle sobre as crianças em seus ambientes de repouso e de atividades:

- a. entrada principal - para crianças, responsáveis e familiares;
- b. entrada secundária - para o abastecimento da unidade e acesso do pessoal de serviço e administrativo (BRASIL, 1988b).

Assim, percebe-se a relevância do planejamento das entradas de pedestres e serviços nas IEIs. Não é viável que uma criança seja recepcionada na mesma entrada por onde é despejado o lixo, ou, ainda, na mesma entrada por onde é feito o abastecimento de alimentos, por exemplo. É incontestável a necessidade de uma entrada de serviço nessas instituições, tamanha a demanda por circulação de pessoas e elementos diversos.

Em relação aos acessos da creche, a Portaria destaca que, se houver desnível da entrada principal em relação à rua, o acesso deverá ser feito por meio de rampas, facilitando, assim, o tráfego de carrinhos de bebês e promovendo o acesso a pessoas portadoras de deficiências físicas. Essas rampas, todavia, devem obedecer a alguns critérios, a saber: declividade máxima de 8%, largura mínima de 2m e piso antiderrapante. Em relação a essa consideração da Portaria criada em 1988, podemos nos remeter à NBR 9050, que trata somente de acessibilidade a edificações, mobiliário e equipamentos urbanos, e que faz menção a outras observações importantes sobre essa temática. Tal norma será debatida posteriormente.

Outra consideração importante dessa Portaria diz respeito às áreas de estacionamento das creches:

Recomenda-se, nas creches de médio e grande porte, a previsão de locais de estacionamento para viaturas de funcionários, responsáveis pelas crianças e seus familiares e veículos de serviços, respeitando-se um mínimo de 12,00 m² por veículo e prevendo-se um número de vagas de, no mínimo, 15% da capacidade da creche (BRASIL, 1988b).

Para efeito, considera-se:

- Creche de pequeno porte: capacidade programada para um número de até 50 crianças.
- Creche de médio porte: capacidade programada para um número de 51 a 100 crianças.
- Creche de grande porte: capacidade programada para um número de 101 a 200 crianças (BRASIL, 1988b).

Vale ressaltar que, mesmo para IEIs de pequeno porte, segundo nomenclatura dessa Portaria, locais para a parada de veículos são fundamentais. Os responsáveis pelas crianças necessitam de segurança para estacionar seus veículos e encaminhar seus filhos. Dependendo da localização da instituição, e também do horário de entrada e saída das crianças, tais locais são escassos. Se a parada dos

veículos é feita nas ruas adjacentes à creche, a entrada e saída das crianças pode se transformar em um verdadeiro incômodo para os pais.

Em relação à circulação, a Portaria recomenda que os corredores de circulação interna tenham, no mínimo, 1,5 m de largura para comprimentos de até 30 m. Obviamente, essa circulação deve ser avaliada com relação à disposição dos ambientes, a fim de favorecer a circulação de pessoas e objetos no interior do estabelecimento.

Algumas importantes considerações técnicas são feitas com relação à infraestrutura das creches. Uma delas se refere à insolação, iluminação e ventilação naturais. Tais elementos não devem ser ignorados, mas devem fazer parte do dia-a-dia nos estabelecimentos de educação infantil. O ar condicionado central sem controle não é permitido, assim como janelas que produzam alterações visuais por raios solares ou que bloqueiem os raios ultravioletas, necessários à saúde das crianças.

Neste sentido, é importante salientar que a iluminação dos ambientes pode influenciar no comportamento dos usuários, conforme afirma Kowaltowski (2011 apud Matos, 2013), ao exprimir que a luz natural é imprescindível para o bem-estar fisiológico e psicológico de adultos e crianças que permanecem em ambientes fechados grande parte do dia. O autor afirma que a iluminação solar controla os ciclos de melatonina, hormônio do sono, e de cortisol, hormônio do estresse, nos seres humanos.

Em relação à área mínima de construção por criança, a Portaria estabelece 7,00 m², não sendo considerados o recreio coberto e o solário. Também é definido o programa de necessidades para a creche conforme seu porte e número de usuários, como áreas mínimas e equipamentos por ambiente (BRASIL, 1988b). Essa relação entre a área do recinto e o número de usuários, contida na íntegra na Portaria, é fundamental para se estabelecerem dimensões ideais aos ambientes, visando à segurança e conforto das crianças e usuários das IEIs.

Em relação ao tipo de material de construção utilizado nas creches, a Portaria recomenda a utilização de materiais resistentes, de fácil limpeza e adequados à atividade desenvolvida no recinto. Ressalta que o piso, nas áreas molhadas, deve ser antiderrapante, e que as superfícies devem ser isentas de frestas ou reentrâncias que possam armazenar sujeira (BRASIL, 1988b).

Para Rizzo (2012, p.238), os pisos interiores das creches devem ser laváveis e permitir a esterilização diária, como o PVC, que considera uma excelente opção devido à sua “(...) impermeabilidade, facilidade de manutenção, limpeza e temperatura (não é frio como a cerâmica, nem aquece o ambiente).” A autora destaca ainda que, por acumularem poeira entre as juntas e se desprenderem facilmente, assoalhos de madeira não são indicados, e que os pisos externos devem ter acabamento liso, mas não escorregadio. Quanto aos revestimentos das paredes, recomenda tintas laváveis. Para as áreas molhadas, como a cozinha, lavanderia e até mesmo o berçário, sugere que as paredes sejam revestidas com ladrilho do chão até o teto. A autora salienta que qualquer material utilizado em substituição deverá permitir a perfeita desinfecção do ambiente.

Com relação às cores utilizadas nos ambientes, a Portaria destaca que devem ser claras e alegres. Uma importante recomendação diz respeito aos motivos decorativos nas paredes, que devem ser mudados com o tempo. Rizzo (2012, p.241) faz algumas sugestões:

1. Cores: paredes e pisos devem ser de cores claras e neutras. As cores fortes e vibrantes devem ser reservadas para os brinquedos, jogos e objetos de estimulação, a fim de atrair a atenção da criança. Duas cores fortes, alegres e combinantes podem ser escolhidas para a forração das almofadas, toldos e cortinas de um mesmo ambiente. O resto, cor de armários e cômodas, por exemplo, não deve rivalizar com os brinquedos e sim manter a neutralidade.
2. Paredes decoradas: a decoração de paredes é discutível e merece muito cuidado, pois é reconhecido o poder de influência que os desenhos empregados como motivos da decoração têm sobre a psique infantil. De uma forma quase absoluta, toda criança, a partir dos quatro anos, tende a compreender como modelo e padrão a ser copiado, qualquer desenho feito pelo adulto, o que bloquearia sua iniciativa criadora e a levaria à indesejável estereotipia e bitolamento de seu estilo pessoal. Como a creche só costuma receber crianças abaixo de quatro anos, considero aceitável decorar uma das paredes de alguns ambientes, excetuando-se a sala de atividades, onde as crianças estejam sendo estimuladas a desenhar ou pintar, para que não haja qualquer tentativa de sugestão de cópia. (...)

Quando visitamos algum ambiente educacional infantil, muitas vezes nos deparamos com motivos infantis nas paredes, em sua maioria bem coloridos e nada discretos. Para o leigo, na maioria das vezes, quanto mais cor e ilustrações existirem, melhor para as crianças, tendo em vista a busca por um ambiente lúdico dentro da creche. No entanto, como afirma Rizzo (2012), a neutralidade nas cores é

fundamental para a criação de um ambiente “suave” para os usuários. As cores vibrantes são cansativas e, ao longo do tempo, podem gerar certo incômodo para quem passa parte do dia dentro do ambiente, mas principalmente para uma criança, que está começando a vivenciar o mundo e precisa criar suas próprias experiências.

Lacy (1996), em seu livro “Poder das Cores no Equilíbrio dos Ambientes”, faz referência à importância da cor nos estabelecimentos de ensino. Para a autora, nos Jardins de Infância as cores devem ser quentes e atrativas, para que as crianças não se sintam inseguras. Cores quentes de rosa, pêssego e damasco poderão ajudá-las a sentir segurança em um ambiente desconhecido e novo. Os tons de verde são calmos e relaxantes, e ajudam a criar uma atmosfera tranquila. A autora informa que “a cor pode transformar, animar e modificar totalmente um ambiente; todos nós reagimos à cor e, atualmente, é possível levá-la a todas as áreas da vida, pelo uso de materiais, tecidos e tintas” (LACY, 1996, p.13). Assim, pode-se ver a importância das cores dentro dos estabelecimentos de educação infantil.

Avançando nas questões de segurança, a Portaria faz menção às esquadrias dentro das creches, informando que as janelas, por exemplo, por representar um importante vão, devem apresentar condições adequadas de proteção às crianças (BRASIL, 1988b). É importante salientar que todos os vãos existentes dentro das creches devem ser extremamente seguros, impedindo qualquer acidente. Neste contexto, as janelas, mesmo as do térreo, devem impedir quaisquer quedas, tendo em vista que as crianças podem tentar pular daí para outro ambiente.

Ainda com relação às janelas, outro ponto importante a se observar diz respeito ao tipo de fechamento de que dispõem. Janelas do tipo guilhotina, por exemplo, não são aceitáveis, pois oferecem risco à segurança dos usuários.

Ainda que a Portaria em questão possua recomendações imprescindíveis ao funcionamento seguro das creches, alguns pontos apresentam lacunas que talvez precisem de maior detalhamento. Neste sentido, outros documentos precisam ser consultados para que seja feita uma avaliação completa da infraestrutura dos ambientes educacionais infantis.

2.4.1.2 Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil

O documento Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006) foi elaborado por educadores, arquitetos e engenheiros envolvidos em planejar, refletir e construir/reformar espaços destinados a este fim. Ele não tem caráter normativo, mas pode ser um excelente instrumento de consulta, contribuindo para garantir as premissas de conforto e segurança nos ambientes de educação infantil. Nesse documento é incontestável o caráter multidisciplinar na elaboração desses espaços:

A construção de uma creche ou pré-escola exige um compromisso de interdisciplinaridade por parte dos profissionais envolvidos. Essa interdisciplinaridade normalmente não existe nos projetos convencionais, tornando a conciliação entre as várias especialidades envolvidas bastante complexa. Como exemplo disso, podem-se destacar os projetos de iluminação e climatização, que precisam ser pensados integralmente desde o início. O projeto interdisciplinar é a melhor maneira de se evitar conflitos, erros e redundâncias decorrentes de decisões isoladas e estanques. (BRASIL, 2006, p.15)

O documento apresenta as etapas para o desenvolvimento de um projeto para uma IEI, a saber: programação, estudos preliminares, anteprojeto, projeto legal e projeto executivo. Assim, na fase de programação discute-se a importância de se estabelecer o perfil da creche ou pré-escola a ser construída através do seu Programa de Necessidades (ambientes pedagógicos, funções, pré-dimensionamento, mobiliário específico, instalações e equipamentos básicos, informações legais sobre o terreno, etc.), da filosofia educacional adotada e das especificações educacionais. Nesta fase ressalta-se a importância da avaliação da legislação arquitetônica e urbanística vigente, como taxa de ocupação, áreas livres, alinhamento, etc.

O documento afirma que a criança é o principal usuário do ambiente educacional, e, portanto, torna-se necessário identificar os

parâmetros essenciais de ambientes físicos que ofereçam condições compatíveis com os requisitos definidos pelo Portador de Necessidade Especial (PNE), bem como os conceitos de sustentabilidade, acessibilidade universal e com a proposta pedagógica” (BRASIL, 2006, p.21).

Em relação às características do terreno que abrigará a creche, o documento sugere que se avalie a relação entre a área construída e as áreas livres (de recreação, verdes/paisagismo, etc.). Essa consideração já foi feita na Portaria nº 321, de 1988, que afirma a importância dos espaços abertos para o contato direto da criança com a natureza. Neste contexto, é conveniente citar um modelo educacional denominado “Educação Waldorf”, que considera o desenvolvimento da criança em seu caráter físico, cognitivo, emocional, social, espiritual e estético. Assim, parte do desenvolvimento infantil está pautada no seu contato com a natureza, exprimindo a relação entre o indivíduo e o mundo à sua volta (ROCHA, 2006).

Rocha (2006) informa que as caminhadas realizadas junto ao meio natural e a contemplação de fenômenos como o formato das nuvens, flores desabrochando ou mesmo pássaros cantando são consideradas na educação Waldorf como atividades que proporcionam uma conexão entre os alunos e a natureza, e os levam a um contato maior com seu interior. Assim, neste contexto, se os pais valorizarem um espaço externo que possibilite o contato da criança com a natureza, com certeza as escolas com modelo educacional Waldorf oferecerão um pátio com vegetação abundante.

Quanto à questão localização, assim como na citada Portaria, a recomendação do documento Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006) é para que se avalie o entorno natural ou construído em relação à IEI. A proximidade com antenas de TV ou telefone não é recomendada. Também o trânsito nas proximidades é apontado como um fator importante a ser avaliado, no intuito de minimizar transtornos para a entrada e saída das crianças. Uma importante consideração é feita em relação à existência de uma área de espera para diminuir a aglomeração de pessoas nos horários de pico. Se fizermos um paralelo com a Portaria nº 321 (BRASIL, 1988b), talvez essa recomendação seja válida apenas para creches de médio e grande porte, dado o número de crianças que frequentam a instituição.

Sobre a edificação destinada à educação infantil e sua adequação aos parâmetros ambientais, tão em voga atualmente, o documento também aponta importantes questões, elencando pontos tais como a utilização de materiais compatíveis com o tipo de clima, preocupação com a ventilação cruzada nos ambientes, promoção da eficiência energética e, ainda, a utilização abundante de iluminação natural (BRASIL, 2006).

Por essas considerações percebe-se a integração entre os parâmetros ambientais apontados e a qualidade de vida dos usuários da edificação. Para Rizzo (2012), todas as dependências da creche devem possuir janelas, a fim de se promover a troca de ar dentro dos ambientes. A autora salienta ainda a importância de a luz solar, principalmente a matinal, extremamente benéfica para a saúde das crianças, estar presente nos ambientes da creche, e ressalta que as janelas devem ser amplas para favorecer a iluminação natural durante a maior parte do dia.

A utilização de sistemas alternativos de geração de energia que preservem o meio ambiente é benéfica tanto para as edificações quanto para a formação da consciência ambiental das crianças desde o início da vida. Para Jacobi (2003), a informação, que assume um papel relevante a cada dia, o ciberespaço, a internet e a educação para a cidadania podem motivar e sensibilizar as pessoas para a defesa da qualidade de vida. Neste contexto, a educação ambiental assume um papel ativo na promoção do desenvolvimento sustentável, já que atua na mudança do comportamento humano com relação à degradação socioambiental.

Assim, o edifício pode ser um modelo a ser seguido durante a vida da criança. Se os educadores lhe explicarem a importância deste ou daquele recurso que preserva o meio ambiente, ela criará uma consciência ecológica que passará a fazer parte de suas vivências, e poderá contribuir para que seja gerado um mundo novo e consciente de suas necessidades de preservação dos recursos naturais.

Analizados os parâmetros ambientais, parte-se agora para as questões de estética das edificações destinadas ao público infantil. O documento traz considerações como a relação entre a aparência de uma edificação e sua relação com as sensações provocadas pelo usuário. Elementos como cores, texturas e formas, por exemplo, são responsáveis por despertar “os sentidos, a curiosidade e a capacidade de descoberta da criança, e que, de certa forma, excitam o imaginário individual e o coletivo” (BRASIL, 2006).

Rizzo (2012) argumenta que devem ser belos os lugares onde seres humanos se criam. Para a autora, a qualidade de vida pode ser melhorada pelo ambiente, principalmente para a criança que está distante de seu lar e inserida em um lugar onde ela permanece sem a família. Assim, a decoração e arrumação dos ambientes podem causar sensações de paz e alegria, afetando os sentimentos infantis de forma positiva. Ainda em relação à estética, a autora faz menção à fachada da edificação destinada à creche:

É preciso que a entrada da creche desperte nas crianças a vontade de entrar e ficar. O arquiteto que projeta uma creche deve ser escolhido entre aqueles que gostam de crianças e podem imaginar o que lhes agradaria ver. A fachada, a entrada e a recepção são pontos marcantes e de impacto sobre a criança. É preciso que suas formas e cores a convidem a entrar, despertem-lhe a curiosidade, e o seu interior a incentive a permanecer. Grande fachadas, portas muito altas e imensas intimidam. Há formas frias ou, ao contrário, muito escuras que despertam suspeita e medo... É preciso ter sensibilidade para projetar suas formas e escolher materiais e cores adequadas que despertam dois sentimentos básicos: aconchego e curiosidade exploratória (RIZZO, 2012, p.240).

A organização espacial também é contemplada no documento. Ele informa a importância de se observar a planta baixa com o cuidado de se avaliarem os fluxos e circulações dentro da creche. É citada a importância do fácil acesso ao setor técnico-administrativo pelos usuários da creche (crianças, profissionais da educação e pais). A sala de multiuso é apresentada como uma extensão do pátio externo, proporcionando flexibilidade de uso. Quanto às áreas de preparo e cozimento dos alimentos, a recomendação é dificultar o acesso das crianças, evitando-se acidentes. Para tanto, é sugerida a restrição ao acesso por meio de portas a meia altura, que oferecem segurança sem restringir a ventilação.

O tópico “Áreas de Recreação e Vivência” é essencial para o entendimento da importância dos espaços de entretenimento infantil. O documento explicita o grande valor que o ambiente natural possui para estimular a criatividade e a curiosidade das crianças. Sendo assim, sempre que possível, os ambientes educacionais infantis devem dar atenção ao tratamento paisagístico, “que inclui não só o aproveitamento da vegetação, mas também os diferentes tipos de recobrimento do solo, como areia, grama, terra e caminhos pavimentados” (BRASIL, 2006). Conquanto as crianças menores precisem de uma delimitação mais evidente do espaço, à medida que vão crescendo esse espaço precisará se expandir para áreas externas, a fim de possibilitar a exploração do ambiente e o desenvolvimento físico-motor nessa etapa de seu desenvolvimento.

O documento menciona que as áreas de convivência devem possuir brinquedos para diferentes faixas de idade. A importância de objetos “soltos” é evidenciada, pois as crianças precisam desenvolver a tendência natural de fantasiar. Isso pode ser feito através de brinquedos ou objetos que possam ser manipulados, transportados e transformados.

Piaget argumenta que as atividades lúdicas são parte da vida infantil. Para o autor, existem três tipos de brincadeiras: as simbólicas, as de exercício e as com regras. Nas brincadeiras simbólicas, o objeto perde o seu valor em si e passa a estar em função da imaginação infantil. Assim, pedrinhas podem representar comida, e cada objeto pode ter seu significado, dependendo da representação da criança (PIAGET, 1977 apud CÓRIA-SABINI; LUCENA, 2004).

Segundo o documento, as áreas externas precisam oferecer locais mais reservados, preservando momentos de individualidade das crianças. Enfatiza também a importância de áreas cobertas dentro das áreas de recreação, tanto para serem usadas em dias de chuva, como para a flexibilização de seu uso. Para Rizzo (2012), o espaço de recreação deverá, obrigatoriamente, possuir uma área verde, garantida de árvores que garantam sombra. Uma consideração importante é feita a respeito do piso, definindo-se como melhor opção a diversificação destes, tais como saibro, grama ou cimento liso. Essa variação permite que a criança seja exposta a estímulos variados.

O item “ambientação”, contido no documento, visa definir a organização dos espaços. Considerações importantes são feitas, como, por exemplo, a existência de estantes acessíveis, com materiais educativos diversos, como cadeiras e mesas leves, que podem ser facilmente manipuladas pelas crianças. Essa ideia corrobora o ideal de construção do conhecimento infantil a partir da experimentação do meio.

A organização do layout dentro dos ambientes destinados à educação infantil é imprescindível para a movimentação segura de crianças e responsáveis (professoras e berçaristas). Mais uma vez a importância da escala dos ambientes em relação à idade das crianças é evidenciada: crianças menores organizam-se em espaços menores ou em nichos menores, buscando segurança e conforto.

Para Horn (2007), o modo como são organizados os materiais e móveis, e a forma como crianças e adultos ocupam o espaço revelam uma concepção pedagógica. Para a autora, a discussão sobre a importância do espaço no desenvolvimento infantil tem diversas abordagens. Para a corrente cognitivista, por exemplo, as estruturas sensoriais infantis são construídas a partir de suas experiências com o espaço.

Ainda relacionando-se ao layout, o documento destaca a relevância de um ambiente possibilitar arranjos múltiplos, permitindo variações nas atividades desenvolvidas, assim como a realização de atividades simultâneas. A Figura 1

exemplifica o layout para uma turma de quatro a seis anos de idade em uma pré-escola. Observa-se que as mesas possuem um formato que permite variados arranjos, possibilitando a diversificação de atividades dentro do mesmo ambiente.

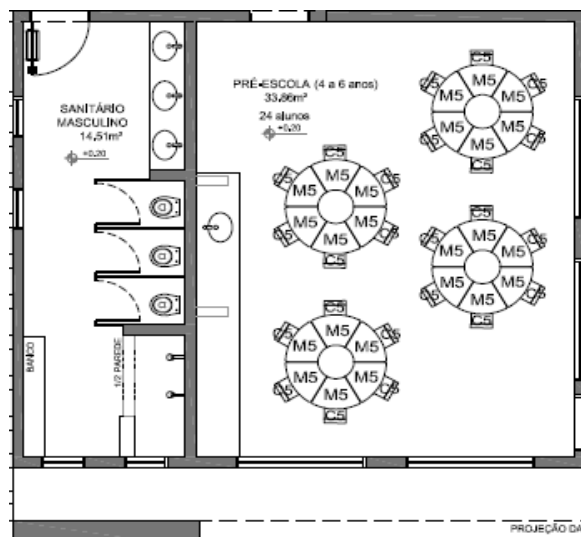


Figura 1 – Layout de um ambiente de pré-escola para crianças de 4 a 6 anos de idade

Fonte: FNDE (2013)

Em relação aos materiais de acabamento, o documento é claro ao enfatizar que a tradição e as especificidades de cada região devem ser respeitadas. Os materiais devem ser duráveis e de fácil limpeza. A utilização de paredes lisas nas salas de atividades e berçários evita o acúmulo de poeira e impede a possibilidade de acidentes com as crianças. O documento ainda faz ressalvas em relação à utilização de materiais e à experimentação destes pelas crianças:

Considerar as características superficiais dos materiais relacionando-as às características sensoriais das crianças (sensibilidade aos estímulos externos). Planejar ambientes internos onde as crianças possam “explorar com as mãos e com a mente”, além dos ambientes exteriores, que permitem uma exploração do meio ambiente a partir do conhecimento das cores, das formas, das texturas, dos cheiros e dos sabores da natureza, interagindo diferentes áreas do conhecimento (BRASIL, 2006, p. 33).

O documento apresenta um encarte no qual são descritas considerações importantes sobre cada ambiente destinado à educação infantil. Nele, são oferecidas recomendações como o tipo de piso adequado para a atividade desenvolvida no ambiente e o mobiliário apropriado para ser utilizado naquele recinto, além de outras observações que facilitam a elaboração de um projeto adequado em termos que

saúde, segurança e bem-estar para os usuários de creche ou pré-escola. Esse encarte pode ser conferido na íntegra em anexo ao documento “Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil” (BRASIL, 2006).

2.4.1.3 NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

A questão da acessibilidade está em voga atualmente, graças à mudança de pensamento da sociedade no que diz respeito aos portadores de deficiência, que, na sua maioria, se deparavam sempre com algum empecilho para frequentar os ambientes mais triviais. Por conseguinte, mulheres grávidas, cadeirantes e idosos, por exemplo, encontram hoje maior facilidade para utilizar serviços que antes lhes pareciam de impossível acesso. Desta forma, a NBR 9050 se torna um importante meio de fazer valer as normas para garantir o conforto e o bem-estar de todos, com livre acesso a todas as atividades.

A adequação de ambientes escolares à acessibilidade mostra-se, assim, imprescindível. A creche deve ser acessível a todos, sem distinção. A necessidade de se eliminarem as barreiras arquitetônicas é indiscutível no meio acadêmico, visto que uma edificação sem acessibilidade retrocede a todos os preceitos de bem-estar preconizados na atualidade. Sendo assim, ao imaginarmos o ambiente de uma creche, é imprescindível pensarmos sua adequação para se tornar acessível não somente a pessoas portadoras de deficiências, mas, também, para facilitar o acesso de mães com carrinhos de bebê, ou mesmo de avós em idade mais avançada, mas que ainda podem levar seus netos à instituição infantil em questão.

2.4.1.4 Proteção contra incêndios

A NR 23 do Ministério do Trabalho versa sobre a proteção contra incêndios nos locais de trabalho. Ela especifica, por exemplo, que a largura mínima das saídas deverá ser de 1,20m. Em relação às escadas, uma importante observação é feita:

“Todas as escadas, plataformas e patamares deverão ser feitos com materiais incombustíveis e resistentes ao fogo” (BRASIL, 2011).

A norma ainda informa que todos os estabelecimentos deverão ser dotados de extintores portáteis, a fim de combater o incêndio em seu início, aborda os tipos de extintores existentes e o número indicado mediante a área de cada ambiente. Todavia, uma ressalva é feita: “independentemente da área ocupada, deverá haver pelo menos 2 (dois) extintores para cada pavimento”.

Segundo a NR 23, todo extintor deve possuir uma ficha de controle de inspeção e conter, em seu bojo, uma etiqueta informando a data em que foi carregado, a data para recarga e o número de identificação. Os locais destinados aos extintores deverão ser marcados por um círculo vermelho ou por uma seta larga, vermelha, com bordas amarelas. No piso, embaixo do extintor, deverá ser pintada uma área de no mínimo 1,00m x 1,00m na cor vermelha, que nunca poderá ser obstruída.

Em Minas Gerais, pela Lei Estadual nº 14.130/2001 e pelo Decreto Estadual nº 44.746/2008, todas as edificações que se destinam ao uso coletivo devem ser regularizadas junto ao Corpo de Bombeiros, visando garantir segurança contra incêndio e pânico nas edificações (MINAS GERAIS, 2008). O Corpo de Bombeiros (MG) criou o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), documento emitido após a verificação das medidas de segurança instaladas em conformidade com o Processo de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP). A partir da Portaria 11/2011, a Instrução Técnica 01 – Procedimentos Administrativos – adicionou a observância ao risco para as edificações. O risco é determinado pela análise da edificação, e considera a sua área, a ocupação e a atividade desenvolvida (CBMMG, 2011).

De acordo com o Decreto Estadual nº 44.746/2008, Anexo I, Tabela I – Classificação das Edificações e Áreas de Risco quanto à Ocupação –, as creches pertencem ao grupo E5. Segundo a Instrução Técnica 01:

6.1.2.2	Procedimento	Simplificado	(PS)
6.1.2.2.1	Características da edificação e/ou área de risco		
Para edificações, com somatório de área até 200m ² (duzentos metros quadrados), na mesma propriedade, dos grupos A, B, C, D e Divisão F-8, que não se enquadrem nos requisitos para Projeto Técnico, previsto no item 6.1.1, será dispensada a elaboração de projeto. Neste caso, o PSCIP será composto pelo Relatório de Vistoria do CBMMG [...] (CBMMG, 2011).			

Deste modo, estando as creches inseridas no grupo E5, é necessária a elaboração de um projeto de incêndio e sua posterior aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, seguida de vistoria. A importância de um projeto de incêndio e da vistoria é indiscutível e reflete a qualidade de vida dos usuários da creche.

Na cidade paulistana de São Bernardo do Campo, um menino de 1 ano e 2 meses de idade foi a óbito, atingido por reboco desprendido de uma viga de concreto em uma creche. Segundo o coronel Roberto Rensi Cunha, essa creche não possui o auto de vistoria do Corpo de Bombeiros, sem o que não há garantia de que tenha proteção contra incêndios seguindo exigências como rotas de fuga, corrimãos, hidrantes, iluminação de emergência, etc. O auto de vistoria é obrigatório no estado de São Paulo, mas, pela legislação estadual, o Corpo de Bombeiros não tem competência para cobrá-lo, cabendo essa obrigação apenas à Prefeitura (GRANCONATO, 2011).

A esse respeito, pode-se fazer uma importante crítica: e se um incêndio ocorresse nessa creche? Sem o auto de vistoria, seria possível contê-lo? Não basta a obrigatoriedade da fiscalização por parte dos bombeiros. É preciso avaliar se ela está sendo cumprida. Crianças são frágeis e precisam ser protegidas e amparadas não somente pelos adultos, mas pela legislação, no sentido de evitar que sinistros lhes possam causar algum mal.

2.4.1.5 Iluminação e Ventilação

Como já abordado, a iluminação dentro dos ambientes é um fator fundamental a ser analisado em edificações de uso comum. A NBR 5413 (ABNT, 1992) versa sobre a iluminância de interiores. Em seu item 5.3, para cada tipo de atividade ou local são definidas três iluminâncias. Para a escolha adequada é necessário seguir as seguintes observações:

5.2.4.1 Das três iluminâncias, considerar o valor do meio, devendo este ser utilizado em todos os casos.

5.2.4.2 O valor mais alto, das três iluminâncias, deve ser utilizado quando:

a) a tarefa se apresenta com refletâncias e contrastes bastante baixos;

- b) erros são de difícil correção;
 - c) o trabalho visual é crítico;
 - d) alta produtividade ou precisão são de grande importância;
 - e) a capacidade visual do observador está abaixo da média.
- 5.2.4.3 O valor mais baixo, das três iluminâncias, pode ser usado quando:
- a) refletâncias ou contrastes são relativamente altos;
 - b) a velocidade e/ou precisão não são importantes;
 - c) a tarefa é executada ocasionalmente (NBR 5413, 1992, p.3).

Assim, de acordo com a NBR 5413, os valores de iluminância, por atividade, estão descritos na Tabela 6:

Tabela 6 – Valores de iluminância, por atividade, em escolas

Escolas (em lux)			
Salas de Aula	200	300	500
Quadros negros	300	500	750
Salas de Trabalhos Manuais	200	300	500
Laboratórios			
Geral	150	200	300
Local	300	500	750
Anfiteatros			
Plateia	150	200	300
Tribuna	300	500	750
Sala de Desenho	300	500	750
Sala de Reuniões	150	200	300
Salas de Educação Física	100	150	200
Costura e Atividades Semelhantes	300	500	750
Artes Culinárias	150	200	300

Fonte: Adaptado de NBR 5413

Para Rizzo (2012), as janelas de uma creche devem ser amplas, favorecendo a entrada de iluminação natural durante grande parte do dia e tornando o ambiente claro. Nos berçários e nas salas de repouso deve haver cortinas ou venezianas para escurecer ligeiramente o recinto durante o sono das crianças. Todavia, a penumbra nessa hora não pode dificultar a locomoção dos adultos entre os berços. Rizzo não recomenda a escuridão total em repouso diurnos, e aconselha a volta gradativa da luz pela abertura gradual das cortinas e venezianas.

Para Matos (2013), no período da educação infantil as crianças recebem apoio pedagógico e cuidados de higiene e nutrição. Através de atividades lúdicas, são iniciadas no processo de alfabetização, colocando-se em contato com o ambiente através dos sentidos, principalmente a visão, que se desenvolve progressivamente

até os cinco anos de idade. Pode-se ver, portanto, a importância da iluminação dentro dos ambientes de educação infantil.

A ventilação também assume importância incontestável dentro das creches. Locais arejados e bem ventilados garantem maior conforto e bem-estar aos usuários e eliminam grande parte dos agentes causadores de doenças respiratórias, como os ácaros e a umidade, por exemplo. Lugares que ficam fechados por muito tempo, ou que ficam fechados durante o final de semana, como as creches, devem receber ventilação abundante antes da entrada das crianças.

Em relação à climatização, a temperatura ideal para o interior dos ambientes destinados à educação infantil varia entre 22°C e 24°C. Quando houver desconforto por frio ou calor excessivo, os aparelhos de aquecimento ou refrigeração devem ser ligados. Neste caso, é necessário que seja projetado o fornecimento de energia adequado para os locais reservados à colocação de tais aparelhos (RIZZO, 2012). Ressalta-se, também, que os aparelhos devem receber manutenção constante, e que a ventilação natural deverá sempre ser priorizada.

Zuraimi et al. (2007) apud Silva; Matté (2009) apontam que creches que utilizam exclusivamente sistema de ar condicionado, ou mesmo intercalado com ventilação mecânica ou natural, apresentam maior prevalência de casos de rinite alérgica, asma e sintomas respiratórios do que as que possuem apenas ventilação natural.

Sabe-se que, em certas regiões, a utilização de sistemas de ar condicionado é necessária para se evitar o mal-estar dentro dos ambientes. É relevante, portanto, que não se faça uma avaliação negativa de tais sistemas, mas que se observe a limpeza e manutenção constante de seus filtros e aparelhos, para que sua utilização não ajude a proliferar agentes desencadeadores de doenças respiratórias.

O documento “Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil” (BRASIL, 2006) aponta as áreas de ventilação e iluminação adequadas para os ambientes, conforme se visualizam na Tabela 7, compiladas as informações para melhor entendimento:

Tabela 7 – Parâmetros de iluminação e ventilação adequados para ambientes de instituições de educação infantil

Ambiente	Ventilação/iluminação adequadas (mínima)
Sala para repouso	1/5 da área do piso
Sala para atividades	1/5 da área do piso
Fraldário	1/8 da área do piso / ventilação cruzada, de preferência
Lactário	1/8 da área do piso
Sala multiuso	1/5 da área do piso
Área administrativa	1/5 da área do piso
Banheiros	1/8 da área do piso / ventilação natural
Cozinha	1/8 da área do piso / ventilação natural / instalação de exaustores sobre os equipamentos de cocção
Refeitório	1/5 da área do piso
Lavanderia	1/10 da área do piso / ventilação natural

Fonte: BRASIL, 2006

Ressalta-se que, nas janelas dos ambientes onde há permanência dos usuários, e caso se julgue necessário, é importante a utilização de telas de proteção contra insetos. Também é importante observar que as áreas indicadas pelo documento são mínimas, e que quanto maior o número de janelas, melhor a ventilação e iluminação naturais.

Em um estudo realizado em escolas de Natal (RN) que oferecem educação infantil, Elali (2003) constatou que as dimensões das janelas são insuficientes para a ventilação e iluminação dos ambientes, além de não estarem posicionadas para induzir a ventilação cruzada nos cômodos. Tais inconvenientes, aliados ao clima tropical, acabam gerando a necessidade de climatização e iluminação artificiais, fato constatado em todas as escolas visitadas pela autora, que relatou haver ventiladores funcionando nas salas de aula e aparelhos de ar condicionado ligados nas áreas administrativas. Essa prática, além de causar danos à saúde dos usuários, aumenta o dispêndio de energia. Todavia, é natural que a utilização de aparelhos de climatização esteja de acordo com o clima da região, podendo-se utilizar mais aparelhos de ar condicionado no nordeste do país e mais aparelhos de aquecimento na região sul.

2.5 O PROCESSO DE DECISÃO DA IEI PELA FAMÍLIA

Como já apontado neste trabalho, atualmente a IEI faz parte da vida de muitas famílias que necessitam de um local apropriado para deixar seus filhos no momento em que, por algum motivo, não podem ficar com eles. Essa necessidade pode decorrer, principalmente, do advento do trabalho feminino, mas também de outras demandas que possam estar associadas à necessidade de permanência dos filhos nesses estabelecimentos, tais como a sociabilização das crianças, o exercício das atividades rotineiras dos pais e responsáveis ou até mesmo a opção por uma educação escolar já no início da infância.

É sabido que a prática de deixar os filhos na creche vem crescendo a cada dia e tomando grande vulto em nossa sociedade. Portanto, torna-se primordial a adequação desses ambientes à realidade das crianças, para que lhes propiciem uma boa educação e formação humana desde a primeira infância. Uma vez que a escolha pela IEI adequada envolve aspectos variados, uma atenção redobrada por parte dos pais ou responsáveis é essencial.

Segundo Nogueira (1998), os critérios utilizados pelos pais na escolha da escola são diferenciados, dependendo do meio social em que vivem e até mesmo de uma família para outra dentro de uma condição social idêntica. A autora coloca como atual o problema da necessidade de escolha pela melhor instituição de educação para os filhos, reportando-se à homogeneização imposta pela padronização das políticas educacionais às instituições no passado. Nos dias atuais, ao contrário, as famílias se veem obrigadas a definir seu projeto educativo, a confrontar, selecionar e discutir os estabelecimentos almejados.

Percebe-se que realmente esse processo de escolha pela melhor instituição educacional é atual e faz parte do cotidiano de alguns pais, somente. O motivo dessa ausência de preocupação na escolha pela instituição educacional vai além de questões culturais, visto que muitas famílias, desprovidas de recursos financeiros, não podem optar por esta ou aquela creche ou escola, e apenas lhes cabe aceitar a instituição ofertada no local de trabalho ou mesmo na rede pública (RAPOPORT; PICCININI, 2004).

Cabe aqui uma ressalva: não se está alegando que uma instituição de ensino pública não necessite cumprir as premissas de conforto e segurança, mas

reforçando a questão de que os pais que fazem uso da creche pública podem não ter como escolher entre uma instituição e outra por estarem sujeitos ao número de vagas existentes, ou, ainda, devido à proximidade com sua residência, como expressam Maranhão e Sarti (2008, p.178):

O número insuficiente de serviços para a infância restringe as possibilidades de escolha por parte da família, submetendo-a a uma situação de espera e interferindo na relação com a equipe, uma vez que os pais podem se sentir gratos ao conseguirem a vaga, sobretudo, quando a creche é a única opção da família, reproduzindo a ideia de um “favor”, em detrimento do reconhecimento de um direito.

O fato é que o perfil das famílias que optam por deixar seus filhos em creches ou pré-escolas vem sendo alterado nas últimas décadas. Essa instituição era utilizada, em seus primórdios, pelas famílias operárias e de classe média, em que a mãe necessitava trabalhar para complementar o orçamento doméstico. Com o passar do tempo, as famílias mais abastadas passaram a utilizar esses serviços, e isto acabou promovendo uma melhora nos padrões de qualidade desses estabelecimentos (ROSEMBERG, 1995 apud RAPOPORT; PICCININI, 2004). Instituições públicas sofreram reformulações com vistas a melhorar seus padrões e normas, o mesmo acontecendo com as famílias, que mudaram seu comportamento e passaram a exigir seus direitos com maior destreza e propriedade.

Assis (2012) realizou uma pesquisa em Lisboa sobre os motivos pelos quais os pais colocaram seus filhos em creches. Essa pesquisa contou com a participação de 18 mães e 2 pais de crianças com idades entre 8 e 32 meses, selecionados por conveniência, sendo que todas as crianças frequentavam creches privadas. De acordo com a pesquisa, a maior parte dos pais optou pela creche por valorizar esse estabelecimento como um espaço educativo, ideal para socialização das crianças. As Tabelas 8 e 9 compilam as informações obtidas por essa pesquisa quanto aos motivos que levaram os pais a colocar o filho na creche, e que motivos levaram os pais a escolher a creche frequentada por seu filho, respectivamente.

Tabela 8 – Razões que levaram os pais a colocarem os(as) filhos(as) na creche

Valorização da creche (n=13)	Socializar com outras crianças	13
	As experiências em creche promovem o desenvolvimento da criança	8
	Para aprender regras e rotinas	4
	Acompanhamento profissional e participação nas atividades de creche	3
	Para aprender a gerir conflitos e a lidar com os outros	3
	Para aprender a partilhar	1
Por ausência de outra solução melhor (n=7)	Não ter familiares para ficar com a criança	7
	Indisponibilidade por razões profissionais	7
Face à minha indisponibilidade, é a melhor solução disponível (n=3)	Desconhecer babás de confiança	2
	Acompanhamento e fiscalização	2
	Pessoas com formação	1
	Existência de um projeto	1

Fonte: Assis (2012)

Tabela 9 – Razões que levaram os pais a escolherem a creche frequentada por seus/suas filhos(as)

Reputação (n=15)	Referências e aconselhamento de amigos/familiares/outras pais	15
	Prestígio da Instituição	2
Componente humano (n=11)	Acolhimento na primeira visita	11
	Empatia com a educadora/auxiliar	4
	Profissionais qualificados	1
	Ambiente familiar	1
Componente físico (n=11)	Boas instalações	11
	Higiene	2
	Salas bem equipadas	1
Localização (n=10)	Proximidade da residência	10
	Proximidade do local de trabalho	1
	Boa localização/acessibilidade de transporte	1

Fonte: Assis (2012)

Essa pesquisa permite à autora concluir que, em sua maioria, os pais valorizam a creche por ser um local de socialização que pode contribuir para o desenvolvimento de seus filhos, e que não ter familiares com quem deixar a criança é também um ponto determinante na escolha da mesma. Com relação à escolha

pela creche de permanência dos filhos, a maior parte dos entrevistados fez sua opção de acordo com a referência de amigos e familiares.

Em um estudo de caso conduzido numa creche localizada no Porto, Portugal, Oliveira (2013) entregou um questionário a 34 pais e mães com idade preponderante entre 30 e 40 anos, cujos filhos frequentam determinada instituição de ensino infantil, indagando-lhes os critérios que os fizeram escolher a creche em questão. Foram devolvidos 26 questionários. Os resultados demonstram que a grande maioria dos pais optou pela creche mais próxima à residência da família, conforme se visualiza na Figura 2:

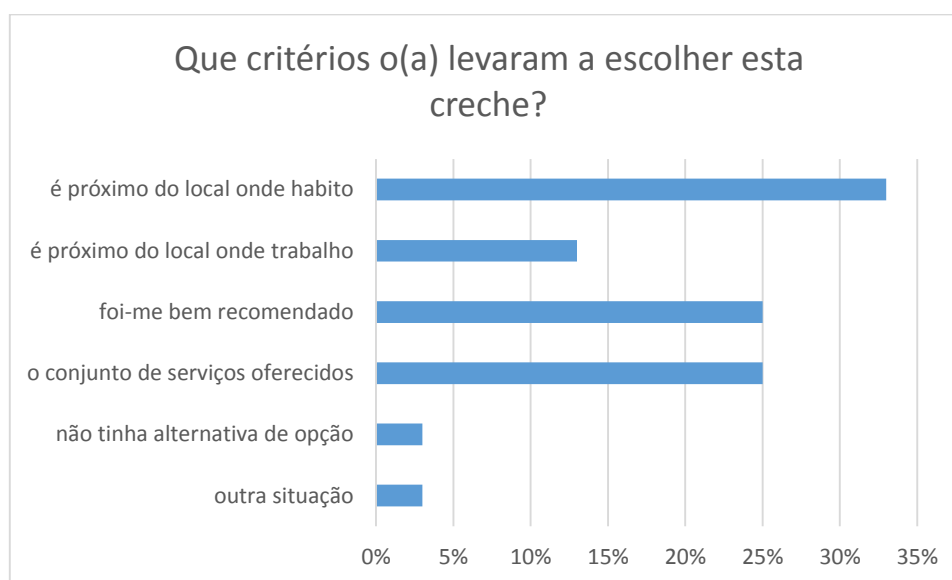


Figura 2 – Que critérios o(a) levaram a escolher esta creche?

Fonte: Oliveira (2013)

Uma pesquisa realizada em Londres, entre 1991 e 1994, contou com uma entrevista em que alguns pais relataram os motivos da escolha pela instituição de ensino para seus filhos com idades entre 10 e 11 anos. Após a análise desse relato, os pesquisadores identificaram três grupos ideais de pais. O primeiro grupo, chamado pelos autores de “*privileged/skilled choosers*”, é formado por profissionais liberais e de classe média (sobretudo funcionários públicos e de ocupações científicas). Nesse grupo, a escolha pela instituição de ensino ocupa um lugar central na vida da família e, com base em seus recursos econômicos, sociais e culturais, são capazes de discernir os diferentes tipos de estabelecimentos educacionais, avaliando as práticas pedagógicas e os profissionais da escola. A

decisão final sobre a escolha da instituição de ensino é dada pela impressão pessoal dos pais decorrentes das visitas que fazem aos estabelecimentos (NOGUEIRA, 1998).

O segundo grupo, intitulado “*semi-skilled choosers*”, é socialmente heterogêneo e representado por motoristas, donas de casa, etc. Essas famílias, apesar de manifestarem grande inclinação por escolher a instituição de ensino, desconhecem o funcionamento das mesmas e têm a capacidade limitada para discriminar um bom estabelecimento educacional devido à escassez de recursos culturais e à ausência de relações sociais que as façam discernir sobre a melhor opção. Esse grupo baseia sua escolha nos conceitos elaborados por outras pessoas, julgando que elas têm mais conhecimento sobre o assunto, e acaba também por conduzir seus julgamentos com base em informações reduzidas, veiculadas pela televisão e pelos jornais. Ressalta-se que esse grupo, apesar de não apresentar justificativas tão bem elaboradas como as do anterior, consegue explicar de forma satisfatória a escolha pela escola (NOGUEIRA, 1998).

Quanto ao último grupo, intitulado “*disconnected choosers*”, é composto pela classe operária, com baixo nível de instrução em sua maioria. A escolha pela instituição de ensino é feita de modo superficial, baseada em uma lógica prática imposta pelas condições de vida resultantes de suas necessidades econômicas e sociais. As visitas aos estabelecimentos de ensino tencionam apenas conhecer o colégio já escolhido segundo critérios como proximidade da residência ou facilidade de locomoção e transporte até o local, por exemplo. Esse grupo exprime o desejo de uma boa educação para o filho na escola do bairro, não manifestando a vontade de procurar outro local até mesmo por acreditar que “todas as escolas são iguais” (NOGUEIRA, 1998).

Iunes et al. (2010) realizaram uma pesquisa sobre as expectativas dos pais sobre educação infantil em escolas particulares do Distrito Federal. Os participantes, com exceção de um, eram do sexo feminino, estavam na faixa etária entre 20 e 50 anos e tinham profissões diversas, como empresários, donas de casa, cientistas e servidores públicos. Como questões importantes, afirmaram que o educador tenha formação em educação infantil, seja paciente e flexível. Em relação ao projeto pedagógico, ressaltaram a importância de os pais o conhecerem, como se verifica nos relatos a seguir:

Os entrevistados afirmaram conhecer o Projeto Pedagógico da escola; uma das mães pesquisadas acredita ser fundamental a família conhecer este projeto, pois, segundo ela, nele encontra-se a "filosofia que irá nortear todo o trabalho a ser desenvolvido pela instituição". Outra mãe entrevistada acredita ser muito importante os pais conhecerem os objetivos propostos pela instituição. Na escola em que o Projeto Pedagógico não é conhecido, um pai afirma que, caso queiram, devem, sim, procurar conhecer esta proposta para que fiquem inteirados do que será trabalhado na rotina escolar (lunes et al. 2010, p.119).

Um dos participantes citou a importância da prática de esportes na escola, outro mencionou a importância das reuniões periódicas entre pais e docentes para uma reflexão sobre a prática profissional do educador. No geral, os pais identificaram como pontos mais relevantes a qualidade do ensino, segurança para os filhos, bons recursos para o ensino e investimento na formação de professores.

Outro estudo de caso foi conduzido por Abuchaim e Kude (2006), com o objetivo de se conhecerem as percepções dos pais acerca da educação infantil. Foram realizadas entrevistas individuais com quatro mães e três pais com filhos entre 10 meses e 5 anos de idade. Os pais e mães entrevistados consideraram que a escola auxilia no desenvolvimento motor e da fala, além de garantir a socialização e a afetividade entre as crianças. Afirmam também serem importantes a formação acadêmica consistente dos professores, a motivação, a paciência e o amor às crianças atendidas. Apontam, ainda, a relevância entre uma boa comunicação entre os pais e a escola, tanto para receber informações sobre o dia-a-dia dos filhos quanto para a possibilidade de emitir críticas e sugestões e esclarecer dúvidas.

Por essas pesquisas e constatações, pode-se perceber que os motivos que levam os pais a escolher um ou outro estabelecimento de ensino são diversos, não se atendo somente a questões técnicas sobre a infraestrutura física das creches. Isso ratifica a importância da inserção de questões que evidenciam a reflexão dos pais sobre a educação infantil na ferramenta produzida pelo presente trabalho.

3 METODOLOGIA

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inicialmente, foram levantadas questões sobre o aspecto histórico das IEIs, buscando entender a dinâmica entre o trabalho da mãe e a inclusão de crianças menores de cinco anos de idade em creches ou pré-escolas. A trajetória dessas instituições no Brasil foi pesquisada perpassando-se pelas ações governamentais que colaboraram para o avanço das questões de segurança e bem-estar de seus usuários. Em um segundo momento, questões como a importância da creche na atualidade e as principais causas de acidentes na infância foram levantadas.

Uma pesquisa bibliográfica exploratória sobre as normas e parâmetros que regem a segurança e o bem-estar dentro das IEIs foi realizada. Estudou-se a Portaria GM/MS Nº 321, de 26 de maio de 1988 (BRASIL, 1988), que versa sobre os padrões mínimos destinados a disciplinar a construção, instalação e funcionamento das creches no Brasil, e o documento “Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil” (BRASIL, 1996), que busca estabelecer, assim como a Portaria, parâmetros mínimos para garantir a saúde e a segurança dos usuários de uma edificação destinada a crianças menores de cinco anos de idade.

De posse dessas informações iniciais, objetivou-se criar uma ferramenta que pudesse auxiliar os pais e responsáveis no processo de decisão pela escolha da IEI. Essa ferramenta deveria ser prática e inteligível, com linguagem acessível, para que, por si sós, eles pudessem fazer sua avaliação. Para tanto, foi necessário um levantamento sobre os meios de escolha da família por uma instituição, descritos no item 2.5 desta pesquisa.

3.2 A UTILIZAÇÃO DO QUESTIONÁRIO COMO FERRAMENTA DE PESQUISA

3.2.1 Definindo um questionário

A partir do estudo realizado na revisão bibliográfica e com o intuito de criar uma ferramenta que possibilite aos pais a melhor escolha pela IEI de seus filhos, estabeleceu-se, dada sua eficácia em elencar os pontos mais importantes e, a partir destes, possibilitar a avaliação de cada elemento elencado, que um questionário seria a melhor opção para realizar o objetivo deste trabalho.

O questionário é um instrumento definido como “um conjunto de perguntas sobre um determinado tópico que não testa a habilidade do respondente, mas mede sua opinião, seus interesses, aspectos de personalidade e informação biográfica (YAREMKO et al., 1986 apud GUNTHER, 2003, p.1). Pode ser conduzido em forma de interação pessoal, por meio de entrevista individual ou por telefone, por exemplo, ou, ainda, aplicado diretamente pelo entrevistado e enviado por correios ou por e-mail (GUNTHER, 2003). Desta forma, percebe-se a versatilidade dessa ferramenta como forma de avaliação de determinado objeto.

Como afirmam Hill e Hill (1998), não é fácil elaborar um bom questionário. É necessário compreender que é um processo similar ao de construção de uma casa, em que o construtor tem um plano que se inicia nas fundações, sobre as quais são construídas as paredes. De forma análoga, um questionário deve ser ordenado a partir de uma base sólida e bem formulada, sobre a qual o autor desenvolva um plano definido harmonicamente ao longo do processo de elaboração das questões.

Para Hill e Hill (1998), o questionário deve possuir seções, ou seja, blocos de perguntas relacionadas a determinado ponto, para que fique mais bem estruturado e torne mais compreensíveis as questões incluídas. Seções compartimentadas por tópicos facilitam a interação entre as perguntas e favorecem o raciocínio por parte dos entrevistados no momento das respostas, pois lhe oferecem perguntas homogêneas que criam uma continuidade na percepção sobre o tema.

Para Chagas (2000), o processo de decisão sobre o conteúdo das perguntas é fundamental para o bom desenvolvimento do questionário. O autor aponta diversas observações sobre esse ponto, tais como:

- O assunto exige uma pergunta separada, ou pode ser incluído em outras perguntas?
- Existem outras perguntas que já incluem adequadamente este ponto?
- A pergunta é desnecessariamente minuciosa e específica?
- Várias perguntas são necessárias sobre o assunto desta pergunta ou uma é o suficiente?
- Todos os aspectos importantes sobre este tópico serão obtidos da forma como foi elaborada a pergunta?
- Os respondentes estarão dispostos a dar a informação?

Para o desenvolvimento de um bom questionário, a formulação das questões é, portanto, de suma importância. O conhecimento sobre o conteúdo abordado deve ser amplo, assim como a percepção sobre o comportamento dos entrevistados mediante o questionário apresentado, considerando-se a disponibilidade do entrevistado para responder às indagações, conforme apontado por Chagas (2000). Não basta o questionário ter tido uma boa formulação, se não puder ser respondido e validado.

Esse autor alerta também para a importância de se realizar um pré-teste para o questionário a ser utilizado na pesquisa, uma vez que os problemas e dúvidas que poderão surgir não são previsíveis e podem acarretar grande perda de tempo e credibilidade, caso seja constatado algum problema grave na fase de sua aplicação. Para Mattar (1994 apud CHAGAS, 2000), os pré-testes podem ser feitos já no estágio inicial da pesquisa, ainda no momento de desenvolvimento do instrumento, quando o pesquisador pode testá-lo por meio de entrevista pessoal.

Gunther (2003) faz apontamentos sobre os motivos que levam uma pessoa a responder a um instrumento de pesquisa. Segundo ele, o pesquisador precisa, inicialmente, angariar a confiança do participante, apresentando-se e informando-lhe a importância não apenas do tema apresentado, mas também das opiniões diversas dos respondentes sobre o assunto. Se o questionário for enviado por correios ou e-mail, deve ser precedido de uma carta de apresentação, com informações sobre a pesquisa e seus motivos.

Partindo das considerações acima expostas, apresenta-se o questionário como a melhor ferramenta para se avaliar a IEI ideal. Questões como segurança, conforto e bem-estar das crianças usuárias de uma creche provocam diferentes percepções nos pais ou responsáveis, e demandam a criação de um instrumento comparativo que permita, para uma mesma questão, opiniões divergentes. Ressalta-se que

existem preceitos indiscutíveis sobre o assunto, primordialmente aqueles que dizem respeito à segurança das crianças. Todavia, a escolha por uma IEI é feita a partir da percepção dos pais sobre diferentes pontos a serem avaliados dentro da instituição, e que podem ser mais, ou menos, importantes, dependendo do seu estilo de vida. Por exemplo, a proximidade da creche ou pré-escola com a residência pode ser de extrema importância para um pai, mas a existência de uma rampa facilitando o acesso de uma criança usuária de cadeiras de rodas pode ser essencial para outro.

Por conseguinte, um questionário que consiga balizar essa diversidade e criar um mecanismo de avaliação que sirva a todos de maneira satisfatória torna-se uma ferramenta apropriada para ser fruto desta pesquisa. Um modelo de pesquisa do tipo *survey* mostra-se ideal para essa ferramenta, que pode ser descrita como:

a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário (TANUR, 1982 apud PINSONNEAULT e KRAEMER, 1993, p. 5).

Nesse modelo, a finalidade da pesquisa é produzir descrições de algumas perspectivas da população analisada (GLOCK, 1967 apud PINSONNEAULT e KRAEMER, 1993). Trata-se de um método em que os sujeitos estudados podem ser indivíduos, grupos, organizações ou comunidades, e que tem como principal fonte de informações perguntas bem estruturadas sobre o assunto em questão. As repostas apresentadas pelos respondentes constituem os dados a serem analisados (PINSONNEAULT e KRAEMER, 1993).

3.2.2 Escalas de atitudes

A escala de Likert

A escala de Likert é muito utilizada em pesquisas de satisfação do consumidor e em pesquisas de opinião. Ao responderem a um questionário baseado nessa escala, os respondentes demonstram sua concordância ou não com determinada afirmativa, conforme se vislumbra na passagem abaixo:

O consumidor constrói níveis de aceitação dos produtos e serviços, conforme suas experiências e influências sociais. Rensis Likert, em 1932, elaborou uma escala para medir esses níveis. As escalas de Likert, ou escalas Somadas, requerem que os entrevistados indiquem seu grau de concordância ou discordância com declarações relativas à atitude que está sendo medida. Atribui-se valores numéricos e/ou sinais às respostas para refletir a força e a direção da reação do entrevistado à declaração. As declarações de concordância devem receber valores positivos ou altos enquanto as declarações das quais discordam devem receber valores negativos ou baixos (BAKER, 2005 apud BRANDALISE, 2005, p.4).

Para Cunha (2007), uma escala tipo Likert é composta por um grupo de itens, em relação a cada um dos quais se pede ao respondente para manifestar seu grau de concordância, desde o “discordo totalmente” até o “concordo totalmente”, como vemos na Figura 3.

EXEMPLO DE ESCALA DE LIKERT:	
ESCALA DE ATITUDES FACE AO AMBIENTE (SOCZKA, 1983)	
Em seguida encontra algumas frases relativas a questões ambientais. Para cada uma delas indique, por favor, o seu grau de concordância, utilizando a seguinte escala:	
<i>Concordo totalmente.....</i>	5
<i>Concordo.....</i>	4
<i>Nem concordo nem discordo</i>	3
<i>Discordo</i>	2
<i>Discordo totalmente.....</i>	1
1 Grande parte do que se diz acerca da crise ecológica que o mundo atravessa é exagerado e alarmista.	☐
2 Os males provocados pela construção de uma central nuclear no nosso país não compensam os seus eventuais benefícios.	☐
3 A comida que se consome nos países industrializados já não oferece segurança para a saúde por estar contaminada por pesticidas e doenças.	☐
4 O mundo acabará no prazo de algumas décadas se não se travar imediatamente o crescimento industrial e tecnológico de todos os países industrializados.	☐
5 Todas as modernas sociedades urbanas e industriais são antinaturais: só pelo regresso à terra e à natureza é que a humanidade poderá sobreviver e evitar o caos ecológico.	☐
6 As pessoas que protestam contra o crescimento económico e industrial em nome da ecologia são idealistas que não sabem o que dizem e não têm o sentido das realidades.	☐
Nota: A cotação da escala é dada pela média das respostas dadas, invertendo os itens 1 e 6. Valores elevados (maiores que 4) indicam atitudes muito ambientalistas e valores baixos (inferiores a 2) indicam atitudes pouco ambientalistas.	

Figura 3 – Exemplo de escala de atitudes face ao ambiente

Fonte: Cunha (2007) apud Soczka (1983)

A escala de Diferenciador Semântico

Segundo Cunha (2007), uma escala tipo Diferenciador Semântico é composta por pares de adjetivos com significados os mais opostos possíveis, entre os quais se estabelece uma escala de sete pontos. O participante da pesquisa deve assinalar dentro dessa escala o que sente em relação ao objeto de estudo para cada questão.

Brandalise (2005, p.2) relata que, nesse modelo de escala,

as extremidades do contínuo são ancoradas por um par de adjetivos polarizados ou declarações adjetivas, com a alternativa 'neutro' no centro. O escore do entrevistado é a soma dos escores em todas as escalas para esse conceito.

Como ilustrado na Figura 4:

**EXEMPLO DE ESCALA TIPO DIFERENCIADOR SEMÂNTICO:
ESCALA DE ATITUDES FACE À POLÍCIA**

Pretendemos saber a sua opinião sobre a polícia. Encontra a seguir uma série de adjetivos opostos, e pedimos-lhe para assinalar a sua posição nos espaços que estão entre os dois. Use a casa do meio quando achar que nenhum dos adjetivos se aplica, ou se a sua posição for média:

POLÍCIA		
Boa	_ : _ : _ : _ : _ : _ : _	Má
Simpática	_ : _ : _ : _ : _ : _ : _	Antipática
Honesta	_ : _ : _ : _ : _ : _ : _	Desonesta
Justa	_ : _ : _ : _ : _ : _ : _	Injusta
Agradável	_ : _ : _ : _ : _ : _ : _	Desagradável
Prestável	_ : _ : _ : _ : _ : _ : _	Cruel
+3 : +2 : +1 : 0 : -1 : -2 : -3		

Nota: A cotação da escala é pela soma das respostas dadas, de acordo com a pontuação indicada na linha de baixo. Valores positivos indicam atitudes favoráveis face à polícia, enquanto que valores negativos indicam o contrário.

Figura 4 – Exemplo de escala tipo Diferenciador Semântico

Fonte: Cunha (2007)

3.2.3 O enfoque qualitativo da elaboração do questionário

O instrumento avaliativo produzido por esta pesquisa pretende servir e atender aos anseios dos responsáveis pelas crianças, e valeu-se de um enfoque qualitativo para sua elaboração. Na busca qualitativa, o pesquisador pode examinar o mundo social e desenvolver, a partir daí, uma teoria coerente com os dados obtidos, de acordo com aquilo que observa baseando-se em uma lógica e em um processo indutivo. A coleta de dados se baseia em colher perspectivas e pontos de vista dos participantes (suas emoções, prioridades, experiências, significados e outros aspectos subjetivos) (SAMPIERE et al. 2013).

Na pesquisa qualitativa, a realidade é definida por interpretações que os participantes fazem sobre suas próprias realidades. Assim, existe uma convergência de inúmeras “realidades” – a dos participantes, a do pesquisador e a produzida mediante a interação de todos os atores. Essas realidades podem ser modificadas ao longo da pesquisa e são consideradas fontes de dados (SAMPIERE et al. 2013). Assim, o desenvolvimento da ferramenta proposta nesta pesquisa contará com a participação dos pais e responsáveis na busca por sua adequação ao usuário.

Pode-se dizer que nas pesquisas qualitativas, a reflexão assemelha-se a uma ponte que une o pesquisador e os participantes” (MERTENS, 2005 apud SAMPIERE et al. 2013). Assim, o capítulo 2, que trata das questões de infraestrutura física das IELs, servirá de base para a criação do questionário, que contará com a participação de pais e mães para sua elaboração. Por conseguinte, pode-se concluir que, em um enfoque qualitativo, a realidade pode ser mudada por conta das observações e coletas de dados, diferindo-se do enfoque quantitativo, onde a natureza da realidade não é alterada durante a pesquisa (SAMPIERE et al. 2013).

3.2.4 O Método Delphi

O método Delphi requer que questionários sejam aplicados a um grupo de especialistas, de maneira sucessiva, ao longo de algumas rodadas. No intervalo das

rodadas o questionário é revisado, a partir de análises estatísticas sobre as respostas, e o resultado é compilado em novos questionários que são novamente distribuídos ao grupo de especialistas. O objetivo é obter-se um consenso entre os especialistas (KAYO; SECURATO, 1997).

Para Wright e Giovinazzo (2000), no método Delphi o consenso indica a concretização do julgamento intuitivo do grupo de especialistas. Entende-se que esse julgamento coletivo, sendo organizado de forma correta, é melhor do que a opinião de apenas um indivíduo. Na passagem abaixo, o método é mais bem exemplificado:

Implica a constituição de um grupo de especialistas em determinada área do conhecimento, que respondem a uma série de questões relativas a um problema de pesquisa claramente definido. A síntese dos resultados das rodadas de questionamentos anteriores é comunicada aos especialistas, que, após nova análise, retornam com suas análises críticas do conteúdo. Em cada etapa podem ser introduzidas novas perguntas como forma de estimular a reflexão dos especialistas. As interações se sucedem dessa maneira até que um consenso ou quase consenso seja atingido (SANTOS et al., 2005, p.52).

O pesquisador, no método Delphi, é o moderador acerca das reflexões. Ele deve agrupar as questões que apresentam consenso e provocar novas discussões para os itens que não foram respondidos, ou que receberam notas muito divergentes. As discussões ao longo das rodadas tendem a recair sobre as questões que ainda não obtiveram convergência entre os especialistas (SANTOS et al., 2005).

Diversas discussões são travadas no meio acadêmico, principalmente no que tange ao tamanho dos questionários aplicados no método Delphi. Autores como Vichas (1982) preferem questionários mais restritos, com no máximo 15 perguntas, ou menos. Outros autores preferem questionários maiores. Ressalta-se que devem ser disponibilizados espaços para eventuais comentários por parte dos entrevistados. Quanto ao número de rodadas do questionário, a maior parte dos pesquisadores afirma que quatro rodadas ou menos são suficientes (KAYO; SECURATO, 1997).

Konow e Pérez (1990 apud MORENO e HERVÀS, 2009) descrevem as quatro fases que compõem o método Delphi. A primeira fase explora o tema da discussão. Na segunda fase o grupo passa a explorar melhor esse tema. Na terceira fase as discordâncias são analisadas, os motivos que levaram a essas diferenças de

opiniões são avaliados e é feita uma avaliação para essas questões. Na quarta fase é feita a avaliação final, e o questionário, já analisado e com as informações previamente reunidas, é reenviado para que novas considerações sejam feitas.

O questionário deve ser bem elaborado, apresentando para cada questão uma síntese das informações principais que se conhecem sobre o assunto. O método Delphi mostra-se bastante simples por se tratar de um questionário muito simples que circula repetidas vezes por um grupo, preservando o anonimato das respostas dadas individualmente. O fato de essas respostas serem anônimas e de não haver uma reunião física entre os respondentes e o pesquisador reduz a

influência de fatores psicológicos, como por exemplo os efeitos da capacidade de persuasão, da relutância em abandonar posições assumidas, e a dominância de grupos majoritários em relação a opiniões minoritárias (WRIGHT; GIOVINAZZO, 2000, p. 55).

Para Moricochi et al. (2005), a aplicação do questionário deve ser feita repetidas vezes aos experts no objeto pesquisado. A cada rodada de perguntas dá-se o retorno a cada participante do processo com uma apresentação estatística resumida dos resultados da rodada anterior. Nesse momento, mediante as respostas dadas pelos demais participantes, o pesquisador pergunta ao respondente se ele deseja mudar sua opinião. Após rodadas sucessivas, e com a aproximação entre as respostas, o pesquisador pode considerar não ser necessária uma nova rodada, e que o consenso foi alcançado.

É necessário ressaltar que o método Delphi não pode ser considerado um levantamento estatístico convencional, pois o questionário é apresentado a um grupo seletivo de especialistas para que se possa chegar a um consenso (MORICOCCHI et al, 2005).

3.2.5 Entrevista inicial com os pais

Buscando conhecer melhor a opinião dos responsáveis pelas crianças no tocante à escolha pelo estabelecimento de ensino infantil, foi realizada uma entrevista com dez pais ou mães de filhos menores de cinco anos de idade que utilizam essas instituições. Esses pais foram escolhidos aleatoriamente, constituindo

uma amostra por conveniência (não probabilística), e tiveram participação voluntária na pesquisa. Ressalta-se que seus filhos não frequentam, necessariamente, a mesma escola.

No momento da entrevista, no modelo *survey*, realizada pessoalmente com os pais, a pesquisadora indagou sobre os motivos da escolha pela IEI já utilizada. As respostas apresentadas demonstram que todos os participantes fizeram essa opção por necessitarem trabalhar, sendo que a escolha pela IEI, por grande parte dos entrevistados, se deu em função de indicação por terceiros. A mãe A, advogada, ao ser indagada sobre o motivo pela escolha da creche onde suas duas filhas permanecem em tempo integral, expressou: *“Eu escolhi por ser recomendada por uma amiga, pela localização e horário que me atendesse, até as 19 horas, mas a indicação pesou mais porque eu queria uma que tivesse boa referência.”* De forma similar, a mãe B, secretária, optou por deixar o filho na creche já conhecida e recomendada: *“Optei por essa creche por sua localização e por já conhecê-la, pois meu sobrinho já estudava lá.”*

A proximidade com a residência ou com o local de trabalho foi a opção que mais influenciou na escolha dos participantes pela IEI do(a) filho(a). É interessante notar que o custo-benefício apresentado pela instituição foi um aspecto que apenas os pais (homens) relataram como importante; nenhuma mãe mencionou, em nenhum momento, o preço como sendo um ponto fundamental para a escolha.

A Figura 5 oferece melhor visualização dos principais pontos apresentados como importantes, e que influenciaram na escolha da IEI.

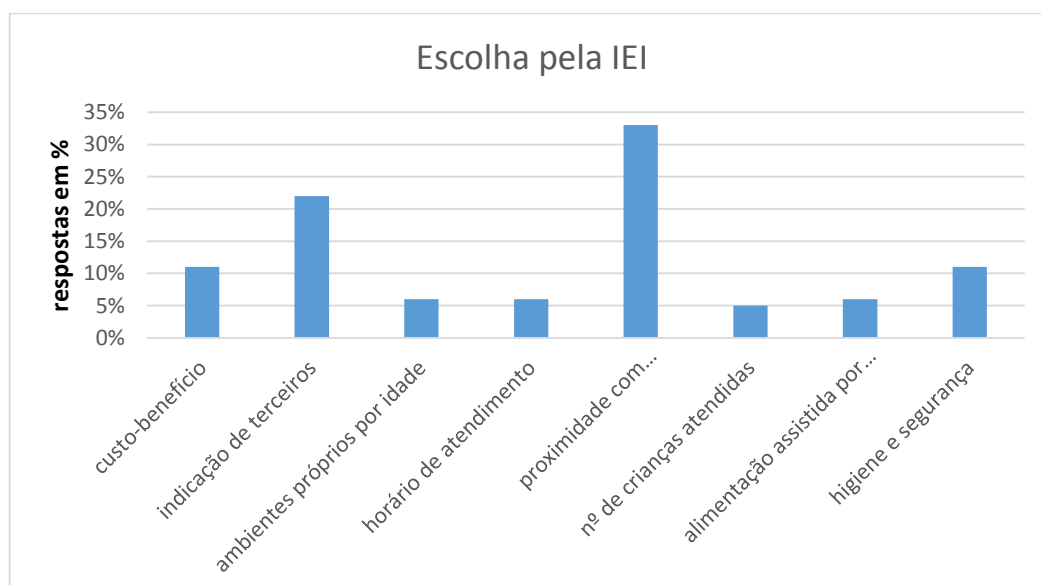


Figura 5 – Motivos para a escolha da Instituição de Ensino Infantil

Quanto às questões de infraestrutura, foram apresentadas por apenas dois participantes, no momento inicial da entrevista. Identificou-se que a maioria dos pais ou responsáveis preza por uma boa infraestrutura, mas não sabe apontar o que torna uma instituição com qualidade em relação à saúde e segurança. Ao serem indagados sobre a importância da infraestrutura física na escolha da IEI, todos afirmaram ser este um ponto crucial, mas não souberam argumentar sobre a questão, limitando-se a dizer ser importante a segurança das crianças na creche. O diálogo abaixo, entre a pesquisadora e o pai A, gerente de loja, demonstra esse fato:

- O que precisa ter na creche de seu filho para torná-la segura?
- Hummm, deixa eu pensar...Segurança física.
- Como assim, explique melhor. Quais elementos a tornariam segura?
- Circuito de câmera em todo o colégio, para os pais acompanharem a criança de casa.
- E fisicamente? Como pisos antiderrapantes, grades nas janelas, etc. Essas coisas lhe chamaram a atenção no momento da escolha?
- Sim.

Ficou demonstrado que alguns pais desejam que a creche seja segura, mas desconhecem os riscos que existem na edificação ou não sabem identificar os elementos que a tornam ideal em termos de infraestrutura física. Percebeu-se que os pais que possuem profissões relacionadas a crianças ou a infraestrutura física conseguem discernir melhor as questões de segurança das instituições, como se verifica no diálogo entre a pesquisadora e a mãe D, professora de educação infantil:

- Para você, o que precisa ter na creche de seu filho, que a torna segura?
- Ambiente seguro, profissionais capacitados e suficientes para a quantidade de crianças.
- O que seria esse ambiente seguro? Você consegue identificar algum ponto para que ele se torne seguro?
- Brinquedos adequados à idade, local sem objetos que possam trazer algum dano ao aluno.

Todavia, como a ferramenta está sendo elaborada para atender a todos os pais e responsáveis, independentemente da profissão ou nível de instrução sobre o assunto, ela deve ser de fácil aplicação e útil a quem a está aplicando.

3.2.6 Desenvolvimento da ferramenta

3.2.6.1 Criação do questionário inicial

Com base nos critérios técnicos de saúde, segurança e conforto para os ambientes de educação infantil, angariados com o estudo inicial desta pesquisa, e incrementado com critérios de ordem mais pessoal apoiados pelo estudo do item 2.5 “O processo de decisão da IEI pela família” e pela entrevista inicial realizada com alguns pais, foi elaborado um questionário inicial, composto por 75 questões separadas em grupos definidos de acordo com a proximidade do conceito abordado.

Para a elaboração do questionário, foram inicialmente agrupados os itens mais relevantes encontrados na revisão bibliográfica, e que permearam o conteúdo pesquisado neste trabalho sobre conforto e bem-estar dentro das IEIs. Esse primeiro questionário contou com questões que, na visão da pesquisadora, poderiam ser as mais indicadas para se estabelecerem critérios de conforto e segurança para as crianças dentro das instituições. Abaixo, na Tabela 10, tem-se uma identificação da importância de cada questão apresentada no questionário inicial.

Tabela 10 – Relevância das questões apresentadas no questionário inicial

Parte I – “Primeiras impressões/Relacionamento com a instituição”

Questão	Relevância
1 A instituição é bem recomendada por terceiros?	A opinião de terceiros pessoas sobre a instituição pode demonstrar benefícios e deficiências da mesma, facilitando a escolha por parte dos pais.
2 É possível fazer uma visita à instituição, acompanhado de responsável pelo estabelecimento e conhecer as instalações em sua totalidade?	É de suma importância o conhecimento das instalações da IEI, com acompanhamento de responsável, para que os elementos que garantam o conforto e a segurança das crianças possam ser identificados antes da escolha pelos pais.
3 A diretora/coordenadora é acessível aos pais? É possível dialogar com ela sobre questões relativas à creche e à criança em qualquer momento necessário?	É notável a importância deste item, tendo em vista que os pais precisam ter facilidade para conversar com os membros do corpo docente da escola, e conhecer seu funcionamento na totalidade, assim, a criança pode ser acompanhada pela família, que passa a ter ciência de tudo o que acontece com ela no ambiente educacional.

4 Em sua primeira visita à instituição sua percepção sobre o estabelecimento foi positiva?	É importante que as primeiras “impressões” sobre a creche sejam boas, principalmente se a visita inicial se deu em um dia comum na escola, com crianças correndo e brincando. Por esta primeira visita, os pais começam a conhecer a rotina do estabelecimento e a maneira como o corpo docente lida com as crianças no dia a dia. Também é possível avaliar as condições físicas de higiene, o número de crianças por sala de aula, etc.
5 O primeiro contato da criança com a instituição foi positiva?	A criança precisa sentir-se bem dentro da instituição. Se o primeiro contato for positivo será mais fácil fazê-la frequentar a creche, sem a presença dos pais.
6 O preço da instituição lhe atende?	Obviamente a questão financeira deve ser levada em consideração, uma vez que o preço alto da mensalidade afetará a vida da família.
7 O horário de funcionamento da instituição lhe atende?	Este item é importante, pois, por exemplo, os pais que trabalham, precisam de flexibilidade nos horários para deixar e buscar os filhos na escola.
8 O cardápio servido na instituição, aprovado por nutricionista, é satisfatório?	A alimentação assistida por nutricionista corrobora a ideia de alimentação saudável e ideal para a idade da criança, eliminando uma preocupação dos pais.
9 O calendário anual apresentado, com devidas marcações de feriados, recessos, férias e festividades da instituição lhe atende?	Para os pais que trabalham, as instituições de educação infantil precisam ter um calendário que lhes atenda. Algumas instituições mantêm mais de 30 dias de férias no ano, o que pode não atender aos anseios da maioria dos pais.
10 A proposta pedagógica da instituição lhe atende?	A maneira como a criança vai aprender as coisas e experimentar o mundo que a cerca é de extrema importância para os pais, desta forma, o conhecimento sobre a proposta pedagógica da instituição é fundamental.

Parte II – “Localização”

11 A instituição é próxima de sua residência?	A localização próxima a residência dos pais pode facilitar a rotina diária no momento de deixar as crianças na escola. De outra forma, se existir algum responsável em casa, durante a estadia da criança na creche, é mais fácil esta pessoa se apresentar à escola, em caso de necessidade.
12 A instituição é próxima de seu trabalho?	Da mesma forma que a questão anterior, a proximidade da creche com o trabalho dos pais pode facilitar a rotina diária.
13 A instituição é bem servida por transporte público?	Caso a família não possua veículo próprio, ou por algum motivo os pais não possam utilizar veículo próprio, o emprego de transporte público deve ser satisfatório.
14 A entrada e saída das crianças é feita em rua sem tráfego intenso de veículos?	A segurança das crianças no momento de atravessar a rua, e a tranquilidade para deixá-las na IEI com conforto é percebido neste item.

Parte III – “Meio Ambiente”

15 A instituição possui reaproveitamento de água, captação solar ou algum outro elemento de arquitetura sustentável?

16 A instituição possui coleta seletiva de lixo ou reaproveitamento de materiais?

A importância do conhecimento sobre o cuidado com o meio ambiente, desde a primeira infância deve ser levada em consideração no momento da escolha pela IEI. Fazendo parte de ações em prol da sustentabilidade, as crianças passam a ver o mundo com “outros olhos”, respeitando a natureza e cuidando do mundo em que habitam.

Parte IV – “Acessibilidade”

17 Existe estacionamento disponível para pais ou responsáveis no interior da instituição? (avaliar, inclusive, se o nº de vagas é satisfatório)?

18 Existe a possibilidade de estacionar em frente à instituição, em vaga própria, ou reservada à creche?

19 Existe a possibilidade de estacionar nas proximidades da instituição -ruas adjacentes, por exemplo?

20 Existe área de espera para pais e responsáveis no interior da instituição (avaliar se o espaço atende, quando existir, se ele é confortável e adequado)?

A facilidade de estacionar dentro da creche ou em suas proximidades exprime um item que garantirá o conforto dos pais e da criança no momento da entrada e saída das mesmas da escola.

Os pais precisam ter um local confortável para aguardar em caso de reuniões com o corpo docente, ou para demais ocasiões.

21 Existe área coberta para o pedestre, do limite da calçada até a entrada do prédio?

22 Qual a facilidade de acesso à entrada da edificação?

23 Existe entrada de serviço na instituição que atenda as demandas?

24 É possível transitar nos corredores da instituição com conforto?

25 Existe facilidade de acesso aos setores administrativos da instituição, pelos pais?

26 Os desníveis existentes na edificação (escadas, rampas, degraus, etc.) permitem a circulação de pessoas com conforto?

Este item deixa claro a questão de conforto em dias de chuva. A cobertura protege os pedestres de intempéries desde o limite da calçada até a entrada da escola.

Este item exprime a facilidade que o pedestre tem para adentrar à escola, mesmo se este pedestre possuir alguma necessidade especial, como a utilização de cadeiras de rodas, ou muletas, ou mesmo, para uma mãe que ainda utiliza carrinho de bebê.

A entrada de serviço deve ser suficiente para garantir a entrada de alimentos, a saída do lixo acondicionado no interior da instituição e para as demais atividades não vinculadas à entrada e saída das crianças.

A largura dos corredores deve ser satisfatória para garantir o trânsito de pessoas dentro da IEI. Os setores administrativos devem ser acessíveis aos pais, no intuito de aproximar o corpo docente aos responsáveis pelas crianças.

Exprime a facilidade como as pessoas conseguem circular pela edificação com segurança e conforto, independente de problemas pessoais de mobilidade, tais como o uso de cadeiras de roda, ou ainda, a utilização de carrinhos de bebê. Permite verificar se a altura dos degraus, por exemplo, é confortável para a subida de um transeunte, ou ainda, se a inclinação da rampa permite que uma pessoa consiga utilizá-la com conforto.

27 Os sanitários são acessíveis às necessidades de seu filho?

Os sanitários infantis devem possuir equipamentos com alturas diferenciadas para as crianças, tais como o vaso sanitário e o lavatório. Em casos em que a criança é cadeirante, por exemplo, é necessário avaliar se o sanitário possui adaptação, com as barras de apoio e as dimensões adequadas para entrada da cadeira de rodas.

Parte V – “Ambientação”

28 O pátio descoberto/coberto atende à demanda da instituição? Você considera que ele possui espaço confortável para as crianças?

O pátio deve possuir dimensões confortáveis para agrupar a maior parte das crianças da instituição, para atividades de recreação e para eventos. O ideal é avaliar este item quando as crianças estiverem no recreio ou em dias festivos.

29 A instituição possui brinquedos para playground em bom estado de conservação?

Os brinquedos de playground, geralmente ficam em áreas externas, descobertas, o que dificulta sua manutenção. Equipamentos metálicos podem enferrujar, ou ainda, tais brinquedos podem estar quebrados, oferecendo risco às crianças.

30 A área descoberta possui variações de texturas (grama, terra, areia, etc)?

É importante que as crianças tenham contato com variações de texturas para garantir a plena experimentação do mundo que a cerca.

31 As áreas de recreação possuem objetos “soltos” (caixas, brinquedos diversos, etc.) atingindo a várias idades?

Os objetos soltos permitem ampliar as atividades pedagógicas, incentivando as crianças a criarem suas próprias brincadeiras e estimulando sua criatividade.

32 As cores utilizadas nos ambientes da instituição são claras e alegres?

As cores nos ambientes garantem o conforto visual dentro dos mesmos. Ambientes com cores escuras e não adequadas para a infância podem causar incômodo nas crianças e proporcionar, até mesmo, irritabilidade.

33 As paredes da instituição são decoradas de maneira neutra, sem exageros e cores muito fortes?

Da mesma forma que o item anterior, o conforto visual é avaliado neste item. A simplicidade na decoração favorece que as crianças queiram permanecer neste ambiente, pois garante um espaço confortável, visualmente.

34 A fachada da edificação causa uma “boa impressão” nas crianças (elas sentem vontade de entrar e ficar na creche)?

A fachada é a primeira impressão que se tem da instituição. Se ela for agradável visualmente pode fazer com que a criança tenha vontade de entrar e ficar.

35 As estantes da sala de atividades são acessíveis às crianças?

As crianças precisam ter acesso aos brinquedos e livros que vão utilizar durante a estadia na instituição, para que possam sentir liberdade para brincar e conhecer o mundo que as cercam.

36 As cadeiras e mesas das salas de atividades são leves e de fácil manipulação para as crianças?

As cadeiras e mesas não necessitam ser pesadas ou fixadas nas superfícies, tendo em vista que deve ser possível que as crianças tenham liberdade para movimentar o mobiliário por elas utilizado. Essa mobilidade transforma o ambiente constantemente, favorecendo às atividades pedagógicas.

37 A organização do layout na sala de atividades permite fácil circulação de pessoas e possíveis rearranjos dos móveis?

Os móveis não podem ser imutáveis, pois a sala de atividades precisa ser reorganizada para atender às variedades de atividades desenvolvidas.

38 É possível amamentar a criança em local reservado e com conforto dentro da instituição? (avaliar a relevância pessoal deste item, tendo em vista a real necessidade deste ambiente para mães que já não amamentam mais)

Este item é importante para a mãe que ainda amamenta e que dispõe de tempo para visitar a criança na creche e alimentá-la com seu próprio leite.

Parte VI – “Higiene e Segurança”

39 Em caso de incêndio ou outra ocorrência em que o prédio deva ser evacuado com urgência, as pessoas conseguem sair com facilidade da instituição e atingir um local seguro?

Este item avaliar as condições de segurança da edificação em caso de incêndios. Deve ser avaliada a largura das saídas de emergência, a facilidade de acesso à saída da edificação pelos usuários, etc.

40 É possível ter conhecimento sobre os alvarás de funcionamento, expedidos pela Prefeitura e Vigilância Sanitária e do laudo do Corpo de Bombeiros, existente na instituição?

Os alvarás de laudos confirmam que a edificação está dentro das normas e padrões de segurança, estipulados pelos órgãos competentes.

41 A edificação é bem ventilada e iluminada naturalmente?

A ventilação e iluminação naturais de uma ambiente garante o bem-estar dos usuários da edificação. A troca constante de ar no ambiente e a iluminação permanente favorecem a não proliferação de fungos e a não propagação de doenças contagiosas, por exemplo.

42 Em instituições onde a ventilação é feita por meio de aparelhos de ar condicionado, os filtros são regularmente trocados?
*para instituições que não possuem ar condicionado, avalie se os ventiladores são regularmente limpos e se existe boa manutenção para estes aparelhos.

Os filtros de ar devem ser trocados com frequência para garantir que a troca gasosa está sendo feita e que o ar contido no ambiente está adequado.

43 Existe na edificação, tubulação exposta ou reentrâncias que possam armazenar poeiras e animais?

Qualquer elemento que possa armazenar poeiras ou animais deve ser eliminado da edificação, tendo em vista a busca com higiene e segurança dentro das IEIs.

44 As tomadas são providas de protetores?

As crianças tendem a brincar com as tomadas, inserindo elementos em seu interior. Os protetores podem evitar acidentes relacionados a esta prática infantil.

45 O lixo é devidamente acondicionado em local próprio e descartado regularmente para o recolhimento público?

O lixo deve ser descartado regularmente e bem acondicionado nos recipientes destinados a ele, evitando a proliferação de insetos e roedores e impedindo a propagação do mau cheiro.

46 As quinas existentes são abauladas ou protegidas, evitando acidentes?

As quinas podem causar acidentes.

47 Existem redes de proteção nos vãos em que as crianças tem acesso?

As redes de proteção podem evitar acidentes com queda das crianças.

48 As janelas da edificação são seguras e não oferecem risco às crianças?

Algumas janelas podem oferecer risco às crianças. Janelas do tipo guilhotina, podem fechar em cima dos dedos ou mão das crianças, causando perigosos acidentes. Algumas janelas, muito baixas, podem lesionar as crianças com alguma de suas partes.

49 Os sanitários de utilização das crianças possuem piso antiderrapante?

Os pisos devem oferecer conforto e segurança para as crianças, sem causar acidentes. Para este intento, eles não devem ser de material que provoquem o escorregamento das crianças, ou das professoras no momento em que estiverem executando alguma atividade com as crianças.

50 Os pátios coberto/descoberto possuem piso antiderrapante?

51 As salas de atividades das crianças possuem piso antiderrapante?

52 Os sanitários de utilização das crianças estão constantemente higienizados?

A limpeza constante dos ambientes garante a saúde e segurança dos usuários.

53 A cozinha está constantemente higienizada?

54 O refeitório está constantemente higienizado?

55 As salas de atividades estão constantemente higienizadas?

56 O berçário está constantemente higienizado?

57 Os sanitários de utilização das crianças possuem equipamentos (bacias sanitárias, lavatórios e chuveiros) em número suficiente para atendê-las (neste caso, avaliar o porte da creche)?

Algumas instituições não comportam o número de crianças. Em momentos de recreação, onde as crianças estão juntas, os sanitários não são adequados para atender ao número de crianças da instituição. Se a instituição abriga muitas crianças e possui apenas um sanitário, com uma bacia sanitária, existe um problema de adequação arquitetônica nesta instituição.

58 O local de armazenamento dos alimentos é limpo e seco?

É evidente que a preocupação com a forma de armazenamento dos alimentos deve ser existente na pauta de elementos a serem avaliados pelos pais. Alimentos mal acondicionados podem perecer e causar malefícios à saúde das crianças.

59 A cozinha não possui ligação direta com sanitários e vestiários?

A cozinha não pode ter ligação direta com os sanitários, tendo em vista as diferentes finalidades destes ambientes.

60 A cozinha possui mecanismo adequado para exaustão dos vapores advindos do cozimento dos alimentos?

A exaustão na cozinha é fundamental para evitar a propagação, no ambiente escolar, do odor e do calor proveniente do cozimento dos alimentos.

61 A cozinha é segura para as crianças, ou seja, o acesso é restrito aos funcionários da instituição?

A cozinha deve ser restrita aos funcionários da instituição, devido aos perigos constantes nos processos de produção dos alimentos para as crianças.

62 A localização do refeitório permite a integração entre ele e as áreas de recreação, como os pátios, por exemplo?

É importante esta ligação, tendo em vista os momentos de recreação ocorridos na instituição, onde períodos de alimentação serão alternados com períodos de brincadeiras.

63 O refeitório possui lavatório para que as crianças possam higienizar as mãos antes das refeições?

Notável este item, já que antes das refeições, as mãos devem estar higienizadas.

64 Os pátios (coberto e/ou descoberto) são desprovidos de quaisquer elementos que possam provocar acidentes?

Quinas, degraus e brinquedos sem manutenção, por exemplo, podem criar situações de riscos para as crianças.

65 As salas de atividades possuem espaço suficiente para atender às crianças que permanecem no ambiente com conforto e segurança?

As salas de atividades precisam ter espaço para as brincadeiras e atividades lúdicas, proporcionando variações nas atividades pedagógicas.

66 O piso do berçário permite que as crianças engatinhem com segurança e conforto?

O piso no berçário deve ser adequado à idade das crianças, tendo em vista que elas estão aprendendo a andar e passam grande parte do tempo no chão. Desta forma, o piso no berçário não pode ser frio, devendo ser anti-impacto e antiderrapante.

67 O berçário possui solário com espaço adequado para atendimento às crianças com conforto e segurança?

O solário deve atender a todas as crianças do berçário devido a importância do Sol para a saúde das mesmas, visto que disto depende a fixação de cálcio no organismo, por exemplo.

68 O berçário possui 1 berço por criança atendida em tempo integral?	O berço deve ser individual, podendo ser utilizado pela criança a qualquer momento durante sua estadia na creche.
69 As fronhas e lençóis dos berços são trocados regularmente?	A higiene e conforto são averiguados neste item.
70 Os berços na sala de repouso/berçário estão afastados das paredes e afastados entre si a uma distância que permita a circulação de pessoas?	Por norma este afastamento deve existir. Deve ser possível que uma pessoa consiga transitar por entre os berços.
71 O berçário possui espaço adequado (limpo e arejado) para guardar os pertences pessoais das crianças, tais como fraldas e lenços umedecidos?	Um local limpo garante que os pertences da criança estejam bem guardados e mantém a higiene do local.
72 O berçário possui bancada para troca de fraldas em ambiente separado, acompanhada de colchonete (trocador)?	O trocador adequado garante a limpeza das crianças e a troca das fraldas com higiene e conforto. A facilidade de limpeza do material que compõe a bancada permite que o local esteja sempre limpo para receber outra criança.
73 O berçário possui fraldário com banheira confeccionada em material térmico, contígua a bancada de troca de fraldas, com ducha de água quente/fria?	A banheira deve ser de material de fácil higienização e que não ofereça riscos de acidentes, como bancadas com quinas vivas, azulejos quebrados, etc.
74 Os ambientes da instituição apresentam-se isentos de umidade *sem paredes úmidas, com presença de mofo, por exemplo.	Este item garante que a umidade não causará nenhum malefício à saúde das crianças.
75 A instituição, no caso de reformas, consegue preservar a segurança das crianças em relação aos ambientes com obras.	Em pequenas reformas, a instituição deve garantir a segurança das crianças, criando barreiras e proibindo o acesso às dependências em obra.

Fonte: a autora

O grande número de questões formuladas reflete a ampla abrangência dos conceitos abordados, como forma de averiguar se os itens pesquisados eram realmente importantes para os pais no momento da decisão pela creche ou pré-escola de seus filhos. Para tanto, esse questionário inicial deveria ser validado.

3.2.6.2 Validação da ferramenta

Tendo em vista a necessidade de se avaliarem os itens destacados pelo questionário e validar a ferramenta, objeto desta pesquisa, tomou-se como base o método Delphi. Como descrito anteriormente, nesse método, um questionário que versa sobre determinado assunto é apresentado a certo número de especialistas e, após várias rodadas, as respostas obtidas devem chegar a um consenso. O

pesquisador assume então o papel de moderador, reformulando as questões e reapresentando-as aos especialistas de modo a alcançar o consenso desejado.

Este foi o motivo da escolha por esse método. Como temos inúmeras questões cuja importância difere de um pai para outro no seu processo de avaliação de uma IEI, torna-se fundamental estabelecer um critério para que os pontos abordados no questionário sejam úteis à maioria dos pais. Assim, nada melhor do que os próprios pais avaliarem a importância desses itens e apresentarem conceitos ainda não sabidos por esta pesquisa. Desta forma, obtém-se a construção conjunta de uma ferramenta. Como aqui não será utilizado um tratamento estatístico, descrito no método Delphi, pode-se dizer que a pesquisadora estabeleceu um método próprio de validação, apenas baseando-se no Delphi.

Como explicitado no método Delphi, a amostra deve ser pequena, representando um grupo seletivo de pessoas. Para o papel de experts foram selecionados 15 pais ou mães com filhos com idades entre 9 meses a cinco anos, frequentadores de IEIs. É importante ressaltar que essas 15 pessoas concordaram em participar voluntariamente desta validação, e que não são exatamente as mesmas que participaram da entrevista inicial. Isto porque a pesquisadora optou por explorar outras fontes e porque nem todos os participantes da entrevista inicial se mostraram novamente disponíveis. Salienta-se, também, que esses participantes têm filhos que frequentam instituições de ensino diferentes.

Quanto ao layout, o questionário apresentou um cabeçalho para identificação do respondente (contendo informações como idade, profissão e relação com a criança), e para identificação da criança (idade, possuir necessidades especiais ou não). A pesquisadora apresentou pessoalmente o questionário aos respondentes, explicando-lhes de forma sucinta o assunto e a necessidade de se realizar a pesquisa.

A escala Likert foi utilizada como modelo para a elaboração das questões que avaliariam os 75 itens propostos no questionário inicial, tendo em vista sua larga utilização em pesquisas de satisfação. Como já mencionado, quando respondem a um questionário baseado nessa escala, os respondentes podem demonstrar sua concordância ou não com determinada afirmativa. Nesta pesquisa, os respondentes deveriam avaliar cada item de acordo com suas necessidades específicas. A Tabela 11 apresenta exemplos de algumas questões apresentadas aos pais para a avaliação da ferramenta:

Tabela 11: Exemplos de questões apresentadas aos pais

Responda de acordo com a sua percepção sobre o tema:
 muito importante (4), importante (3), desejável (2), não prioritário (1)

Questão: Considera necessária uma entrada de serviço na instituição?	2
Questão: Acha importante que o estabelecimento de ensino seja próximo à sua residência?	3
Questão: Acha importante que existam redes de proteção nos vãos a que as crianças têm acesso (como as janelas, por exemplo)?	4

Fonte: a autora

Ao final do questionário, duas perguntas foram formuladas referentes à inteligibilidade das perguntas e à relevância desta ferramenta para o respondente. Também foi oferecido um espaço para que os participantes pudessem levantar itens não abordados no questionário, considerados importantes para eles.

Tendo em vista que a pesquisa foi realizada pessoalmente e que poderia haver relutância por parte dos respondentes em participar de várias rodadas, prejudicando assim a avaliação final da ferramenta, optou-se por utilizar apenas duas rodadas. O questionário foi entregue e a pesquisadora aguardou que respondessem às questões, a fim de esclarecer dúvidas que pudessem surgir ao longo da pesquisa. A participação nas duas rodadas contou com a presença de todos, sem nenhuma desistência.

A primeira rodada teve um caráter mais explicativo, analogamente a um pré-teste para um questionário. A pesquisa foi explanada e as questões foram apresentadas aos respondentes de forma a situá-los no universo do assunto pesquisado. Os participantes responderam sobre a relevância do questionário e sugeriram questões que poderiam incrementar a ferramenta. Na segunda rodada, após a reformulação de algumas perguntas e exclusão de outras, avaliaram o novo questionário, reafirmando suas opiniões ou alterando-as segundo a posição de outros respondentes.

O questionário final (ver anexo A), definido após as duas rodadas, foi reestruturado a partir do modelo do tipo Diferenciador Semântico, no qual uma escala de pontos é inserida entre pares de adjetivos com significados opostos, para que o respondente possa atribuir um valor, dentro dessa escala, ao seu sentimento referente ao assunto de cada questão. Neste caso os adjetivos escolhidos foram: satisfaz totalmente e não satisfaz. Dentro da escala de pontos, existe o item NA (não

se aplica), onde itens que não são relevantes para alguns pais, podem ser descartados, e não prejudicar a pontuação final da instituição avaliada. Por exemplo, para pais, cujo filho não utiliza mais fraldas, a existência de um fraldário é desnecessária, assim como todas as implicações que ele requer para segurança e higiene das crianças.

Ao término do questionário, a pontuação final obtida pela instituição avaliada é conhecida. Esta pontuação é dada pela soma aritmética simples dos itens avaliados. Deste modo, os pais poderão fazer comparações e identificar a IEI que apresentou a maior parte das questões próximas do “satisfaz totalmente”. Ressalta-se que, nesta ferramenta, a intenção é que os pais possam comparar as instituições avaliadas e averiguar, dentro das especificidades de cada criança, qual delas melhor lhe atende. Portanto, o questionário aplica-se única e exclusivamente a cada situação, não definindo se a creche é adequada para todas as crianças.

4 RESULTADOS

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Os respondentes aqui mencionados participaram das duas rodadas de validação da ferramenta. Ressalta-se que, em nenhum momento, eles avaliaram a creche de utilização de seus filhos, mas sim a ferramenta, ou seja, se as questões abordadas eram importantes para eles no momento da escolha pela IEI.

No momento da pesquisa, os respondentes tinham idades entre 23 e 44 anos e possuíam profissões diversas, como servidor público, administrador, professor e secretária, dentre outras (Tabela 12). Seus filhos, com idade igual ou inferior a 5 anos, não frequentam, necessariamente, as mesmas instituições de educação infantil. Informa-se que, mesmo com as idades diferenciadas, as crianças frequentam IEIs, tendo em vista que as mesmas atendem a crianças de 0 a 5 anos de idade: 0 a 3 anos (creche) e 4 a 5 anos (pré-escola).

Tabela 12 – Informações sobre os participantes da pesquisa – perfil profissional, idade, relação com a criança e idade da criança

Respondente	Idade (anos)	Profissão	Relação com a criança	Idade da criança (meses/anos)
A	44	Arquiteta	mãe	3
B	39	Psicóloga	mãe	2
C	39	Engenheiro civil	pai	5
D	38	Servidor público	pai	3
E	37	Gerente de loja	mãe	4
F	37	Administradora	mãe	5
G	36	Advogada	mãe	4
H	36	Servidor público	pai	9 meses
I	34	Professora	mãe	2
J	30	Programador	pai	2
L	29	Costureira	mãe	1 e 5 meses
M	29	Secretária	mãe	5
N	28	Professor	pai	2
O	26	Secretária	mãe	3
P	23	Atendente de loja	mãe	3

Fonte: a autora

Cabe aqui uma ressalva, pois nenhum pai ou mãe entrevistado tem filhos com necessidades especiais, tais como os que necessitam de cadeira de rodas para locomoção.

4.2 PRIMEIRA RODADA DO QUESTIONÁRIO

Por demandar que a pesquisadora explicasse a proposta da pesquisa e para que os participantes tivessem suas dúvidas esclarecidas e respondessem às questões, a primeira rodada caracterizou-se por ser mais longa. A pesquisadora pediu que os respondentes avaliassem as questões que seriam importantes para eles, diretamente, no momento da escolha pela IEI.

Para responder ao questionário contendo 75 perguntas, o tempo médio utilizado foi de 26 minutos. Este tempo foi cronometrado pela pesquisadora. Alguns pais o consideraram cansativo, mesmo compreendendo a importância das questões apresentadas. Ao final, demonstraram cansaço. Todavia, não se pode afirmar que o tempo gasto para avaliar a importância das questões é o mesmo utilizado no momento da aplicação da ferramenta na avaliação da creche, por exemplo, avaliar se é importante que a creche esteja limpa não dispensa o mesmo tempo para avaliar se a creche está realmente limpa.

Portanto, o tempo para esta avaliação pode ser muito maior do que o gasto com a validação da ferramenta, mas na ocasião em que a escolha pela melhor IEI define o local de permanência de uma criança, não se pode levar este critério como definidor da relevância das questões. Ou seja, questões, definidas como importantes na conjuntura da pesquisa não podem ser abandonadas em função da diminuição do tempo gasto com o questionário.

Entretanto, não se pode ser restivo em relação a validação da ferramenta, afinal, a função deste questionário é atender aos anseios dos pais. Apenas faz-se uma ressalva para que seja compreendido que as questões excluídas do questionário final ou ainda, as que foram compiladas não alteraram a importância da ferramenta, apenas ocorreu a tentativa de evitar que o questionário ficasse demasiadamente enfadonho para os respondentes.

A Figura 6 demonstra o tempo despendido pelos pais ao responderem o questionário avaliando as 75 questões.

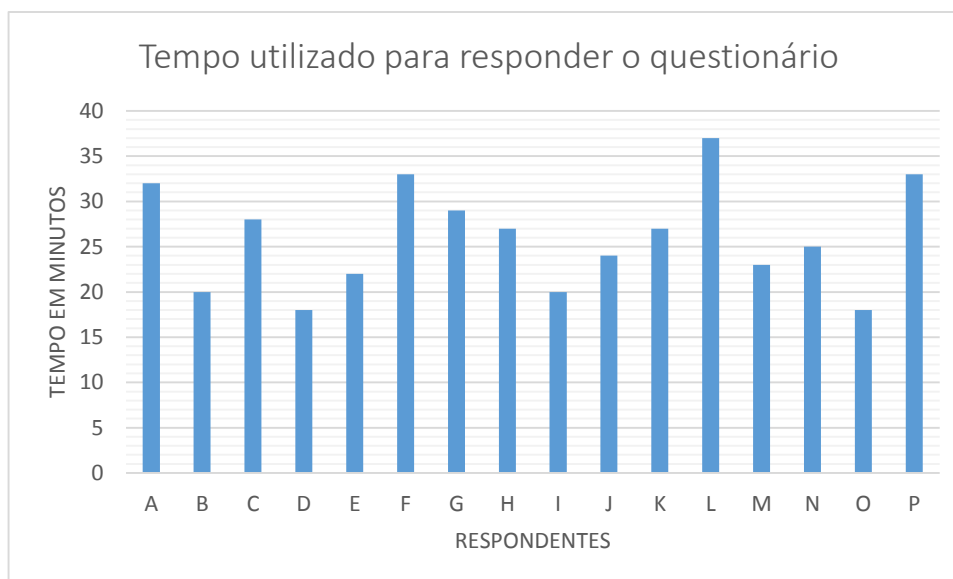


Figura 6 – Tempo gasto para responder o questionário

Foram constatados diferentes graus de assimilação entre as questões. Algumas questões não foram bem entendidas pelos pais e precisaram de uma breve explicação da pesquisadora, como se visualiza na Tabela 13:

Tabela 13 – Questões não assimiladas pelos pais

Questões	Nº de respondentes que demonstraram não compreender bem a questão
22 Acha importante que a entrada da edificação seja acessível?	2
26 Considera importante que os desníveis na edificação (escadas, rampas, degraus, etc.) permitam circulação de pessoas com conforto?	1
27 Acha importante que os sanitários sejam acessíveis às necessidades de seu filho?	3
48 É importante que as janelas da edificação sejam seguras e não ofereçam riscos à criança?	1

Fonte: a autora

Algumas questões foram consideradas como não prioritárias para grande parte dos pais entrevistados, como se observa na Tabela 14:

Tabela 14 – Questões consideradas não prioritárias por grande parte dos pais

Questões	Nº de respondentes que consideraram como não prioritária
15 Considera importante que a instituição possua reaproveitamento de água, captação solar ou algum outro elemento de arquitetura sustentável?	8
16 Acredita ser importante que a instituição possua coleta seletiva de lixo ou reaproveitamento de materiais?	8
17 Acredita ser fundamental que as paredes da instituição sejam decoradas de maneira neutra, sem exageros e cores muito fortes?	7

Fonte: a autora

A proximidade da IEI com a residência da família não apresentou consenso na importância para os pais, visto que algumas crianças frequentam instituições próximas ao local de trabalho dos pais, ou porque, em alguns casos, os avós se responsabilizam por levá-las à creche. Também a existência de estacionamento disponível para os pais, ou a possibilidade de estacionar nas proximidades da instituição não obtiveram consenso. Alguns pais não possuem veículo próprio, e suas crianças são levadas a pé ou por meio de transporte coletivo.

Questões como “ser possível transitar nos corredores da instituição com conforto” e “facilidade de acesso à entrada da edificação” não foram consideradas importantes por dois respondentes, apesar de sua importância para a segurança das crianças, o que demonstrou que estes respondentes não compreenderam bem a relevância de tais apontamentos.

Com relação ao preço cobrado pela instituição, é interessante observar que não foi alvo de consenso entre os pais, e que a maioria marcou esse item como “desejável”, e não como “muito importante”. Ressalta-se, também, que apenas os pais, homens, apresentaram esta questão como muito importante, conforme vemos na Tabela 15:

Tabela 15 – A importância do preço da creche para os pais

Questão	Consideraram a questão como “muito importante”	Relação com a criança
6 Qual a importância do preço da creche para você?	Respondente C	Pai
	Respondente D	Pai
	Respondente J	Pai
	Respondente N	Pai

Fonte: a autora

A mãe A, arquiteta, fez uma pertinente consideração sobre o lixo ser acondicionado em local apropriado e descartado adequadamente:

Sim, isso é muito importante, mas não temos como saber se o lixo é descartado adequadamente, não é mesmo? Dificilmente a gente tem acesso à área de serviço das escolas. Talvez uma pergunta sobre a creche estar sempre limpa e sem mau cheiro fosse melhor...o que você acha?

Esse questionamento suscitou na pesquisadora uma importante observação: as questões destinadas a orientar os pais na escolha da creche deveriam poder ser respondidas por eles. Todavia, alguns itens poderiam não ser identificados numa primeira visita, quando então grande parte dos pais avaliaria a instituição através da ferramenta proposta. Assim, questões como “a importância de se preservarem os alunos no momento em que a instituição passe por obras de reforma”, por exemplo, foram excluídas da segunda rodada, visto ser impossível sua avaliação no momento da escolha, a não ser que a escola esteja em obras.

Algumas questões são relativas à idade da criança e dependem deste fator para serem consideradas importantes, pois o berçário, por exemplo, é destinado a atender crianças até 1 ano de idade, que ainda engatinham, em sua maioria, assim como a sala de amamentação, destinada a mães que ainda alimentam os filhos com o próprio leite. Assim, algumas questões, para serem consideradas importantes, dependem da faixa etária da criança, já as demais, são importantes para todos os usuários da instituição, independentemente da idade.

A Tabela 16 expressa os votos dos pais a partir da idade das crianças:

Tabela 16 – Questões relativas à idade da criança e sua importância para os pais

Questão	Respondentes que consideraram a questão como “muito importante”	Relação com a criança	Idade da criança
38 É importante a existência de um local reservado e confortável, dentro da instituição, onde a mãe possa amamentar a criança?	0	-	-
66 É importante que o piso do berçário permita que as crianças engatinhem com segurança e conforto?	Respondente B Respondente H Respondente L Respondente N	Psicóloga Servidor público Costureira Professor	2 anos 9 meses 1 ano e 5 meses 2 anos
67 É importante que o berçário possua solário com espaço adequado para atendimento das crianças?	Respondente B Respondente H Respondente L Respondente N	Psicóloga Servidor público Costureira Professor	2 anos 9 meses 1 ano e 5 meses 2 anos
68 Considera que o berçário deva possuir 1 berço por criança atendida em tempo integral?	Respondente B Respondente H Respondente L Respondente N	Psicóloga Servidor público Costureira Professor	2 anos 9 meses 1 ano e 5 meses 2 anos
69 Acha ideal que as fronhas e Lençóis dos berços sejam trocados regularmente?	Respondente B Respondente H Respondente L Respondente N	Psicóloga Servidor público Costureira Professor	2 anos 9 meses 1 ano e 5 meses 2 anos
70 Acredita ser importante que os berços na sala de repouso/berçário estejam afastados das paredes e afastados entre si a uma distância que permita a circulação de pessoas?	Respondente B Respondente H Respondente L Respondente N	Psicóloga Servidor público Costureira Professor	2 anos 9 meses 1 ano e 5 meses 2 anos
71 Considera importante que o berçário possua espaço adequado (limpo e arejado) para guardar os pertences pessoais das crianças, tais como fraldas e lençóis umedecidos?	Respondente B Respondente H Respondente L Respondente N	Psicóloga Servidor público Costureira Professor	2 anos 9 meses 1 ano e 5 meses 2 anos
72 Qual a importância do berçário possuir bancada para troca de fraldas em ambiente separado, acompanhada de colchonete (trocador)?	Respondente B Respondente H Respondente L Respondente N	Psicóloga Servidor público Costureira Professor	2 anos 9 meses 1 ano e 5 meses 2 anos
73 Acredita ser importante que o berçário possua fraldário com banheira confeccionada em material térmico, contígua a bancada de troca de fraldas, com ducha de água quente/fria?	Respondente B Respondente H Respondente L Respondente N	Psicóloga Servidor público Costureira Professor	2 anos 9 meses 1 ano e 5 meses 2 anos

Fonte: a autora

É interessante salientar que, mesmo os pais com filhos maiores de 1 ano de idade, se preocupam com as questões relativas ao berçário e fraldário. Este fato se deve às crianças ainda precisarem de cuidados especiais, mesmo após estarem andando, e até mesmo não utilizando mais fraldas, pois até a fase da creche (0 a 3 anos de idade) a fragilidade é maior, assim como o requerimento de cuidados. Nota-se, também, que nenhum respondente considerou a existência de uma sala de amamentação importante para si, tendo em vista o fato de todas as mães trabalharem fora e precisarem alimentar as crianças com leite artificial. O desmame acontece, principalmente, no momento da separação entre mãe e filho, quando esta precisa retornar ao trabalho, segundo as respondentes. Nesse sentido, observa-se a importância do item não se aplica à ferramenta, tendo em vista a importância notável de algumas questões que não são relevantes para alguns pais, mas que poderiam ser para outros.

As questões apresentadas ao final do questionário solicitavam que os respondentes definissem a importância do questionário para eles e a facilidade de aplicação, conforme se visualiza no fragmento do questionário de validação da ferramenta, apresentado na primeira rodada aos respondentes (Figura 7):

Avaliação da ferramenta								
Marque com um x a opção que melhor expressa sua opinião sobre a pergunta.								
Esta ferramenta é útil para você no momento da escolha pela escola de seu filho?								
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente
As questões apresentadas aqui foram entendidas facilmente e bem assimiladas?								
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente
Alguma questão não apresentada neste questionário é considerada importante para você?								

Figura 7 – Fragmento do questionário apresentado aos pais

Abaixo, as Figuras 8 e 9 demonstram os resultados dessas indagações aos pais:

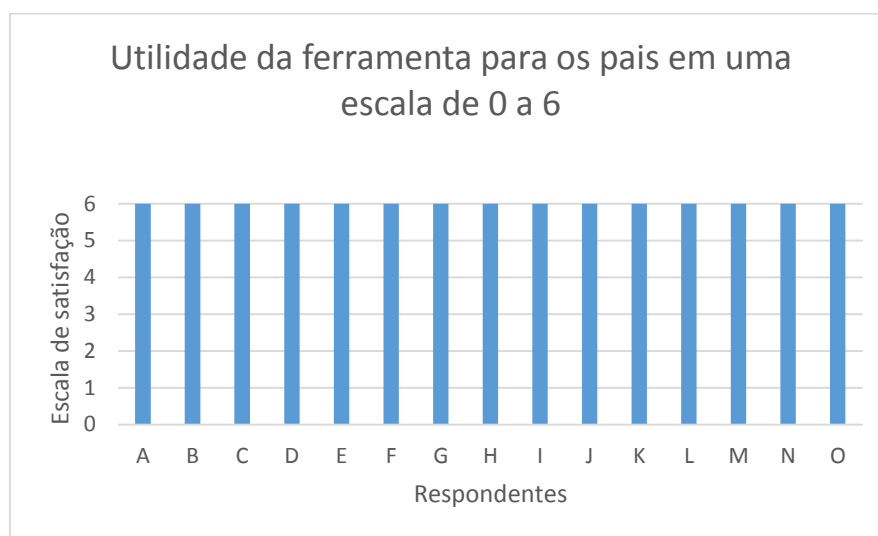


Figura 8 – Utilidade da ferramenta para os pais

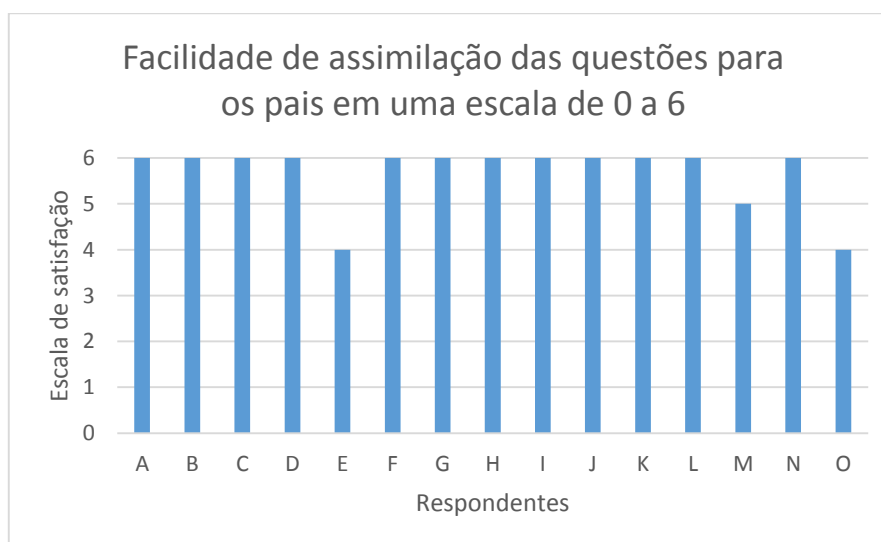


Figura 9 – Facilidade de assimilação das questões

Por estes resultados pode-se perceber que a ferramenta é realmente importante para os pais e também, que a grande maioria dos pais conseguiu assimilar bem as questões, mesmo que alguns tenham apresentado algumas dificuldades de compreensão em um primeiro momento.

Em relação às questões apresentadas ao final do questionário, apenas um respondente sugeriu a inserção de um novo item no questionário, relativo à averiguação da qualidade dos brinquedos existentes na creche.

4.3 REFORMULAÇÃO DAS QUESTÕES

A partir da primeira rodada do questionário algumas constatações foram feitas e a necessidade de reformulação de algumas questões foi sentida. Este item da pesquisa será destinado à descrição destas alterações.

Visando não tornar tediosa a utilização do questionário, a pesquisadora buscou compilar algumas questões em apenas uma, assim como nas descrições apresentadas na Tabela 17:

Tabela 17 – Questões compiladas

11 É importante que a instituição seja próxima à sua residência?	
12 É importante que a instituição seja próxima de seu trabalho?	A localização da instituição é importante para você?
13 É necessário que a instituição seja bem servida por transporte público?	
17 Você considera importante que exista estacionamento disponível para pais ou responsáveis no interior da instituição? (avaliar, inclusive, se o nº de vagas é satisfatório)?	É importante ser possível a parada de veículos no interior da instituição ou em suas adjacências para entrada e saída de pessoas?
18 É importante a possibilidade de estacionar em frente à instituição, em vaga própria, ou reservada à creche?	
19 É importante que exista a possibilidade de estacionar nas proximidades da instituição - ruas adjacentes, por exemplo?	
32 Considera importante que as cores utilizadas nos ambientes da instituição sejam claras e alegres?	É importante que as cores e decoração utilizadas nos ambientes da edificação sejam agradáveis visualmente?
33 Qual a importância das paredes da instituição serem decoradas de maneira neutra, sem exageros e cores muito fortes?	

Fonte: a autora

As duas questões apresentadas sobre o meio ambiente não foram tão bem conceituadas pelos pais. Isso não demonstra que eles não consideram importante a

sustentabilidade e o contato das crianças com a natureza, apenas que estes fatores não são os mais visados para a escolha pela melhor instituição de ensino infantil. Como esta ferramenta pretende atender aos anseios dos pais, e tendo em vista que as questões de sustentabilidade, apesar de importantes, não atuam contra a segurança das crianças, dentro das IEIs, e ainda, entendendo que, algumas escolas tem seu foco mais voltado para tais questões, assim como a filosofia Waldorf, já citada nesta pesquisa, optou-se por excluir tais questões da ferramenta.

As quatro questões não bem assimiladas pelos respondentes foram reformuladas, conforme as descrições apresentadas na Tabela 18:

Tabela 18 – Questões reformuladas

Qual a importância de ser possível adentrar a edificação de forma confortável?

*por exemplo: a rampa de acesso à entrada da edificação tem piso antiderrapante e inclinação confortável para que a subida e descida sejam suaves, ou ainda: a escada que dá acesso à entrada da edificação é suave e não cansativa?

É importante que os desníveis existentes na edificação (escadas, rampas, degraus, etc.) permitam a circulação de pessoas com conforto?

*dentro da edificação podem existir desníveis entre um ambiente e outro, por exemplo, rampas entre o pátio externo e a edificação, ou ainda, edificações com mais de um pavimento que precisam ser acessadas por escadas ou rampas. Estes elementos precisam garantir o conforto dos usuários, não apresentando riscos de acidentes, ou ainda, serem desconfortáveis, tais como degraus muito altos, ou desníveis sem a correta sinalização.

Qual a importância dos sanitários serem acessíveis a seu filho?

*os sanitários precisam conter equipamentos em compatibilidade com a altura das crianças, tais como bacias sanitárias e lavatórios. Caso a criança apresente alguma necessidade especial, tais como a utilização de cadeira de rodas, os sanitários devem conter os elementos necessários para torna-lo acessível.

É importante que as janelas da edificação sejam seguras e não ofereçam riscos à criança?

*janelas do tipo guilhotina podem oferecer risco às crianças. Janelas muito baixas podem gerar acidentes no momento em que algum elemento possa atingir a criança, principalmente as janelas de abrir, com suas folhas.

Alguns itens, tais como o informado pela mãe A, arquiteta, não poderiam ser identificados pelos pais em uma primeira visita à IEI. Ou, ainda, alguns itens não são prontamente visualizados por um pai ou mãe, leigo no assunto: segurança. Pensando nesses pontos, a pesquisadora buscou eliminar alguns itens que não estavam em acordo com a proposta de criação de uma ferramenta que servisse aos pais, pois no momento em que uma questão não pudesse ser respondida, ou que o pai não avaliasse a instituição de maneira correta, a ferramenta estaria contra os princípios de segurança e bem-estar preconizados por esta pesquisa.

Na Tabela 19 estão contidas as questões eliminadas e o motivo para sua eliminação:

Tabela 19 – Questões eliminadas

39 Em caso de incêndio ou outra ocorrência em que o prédio deva ser evacuado com urgência, as pessoas conseguem sair com facilidade da instituição e atingir um local seguro?	É difícil para um leigo no assunto avaliar se a instituição possui saídas de emergência com dimensões adequadas, ou ainda, se a edificação possui sinalização de emergência, assim como qualquer outro elemento exigido por norma de segurança contra incêndios.
42 Em instituições onde a ventilação é feita por meio de aparelhos de ar condicionado, os filtros são regularmente trocados? *para instituições que não possuem ar condicionado, avalie se os ventiladores são regularmente limpos e se existe boa manutenção para estes aparelhos.	Os pais não conseguiriam identificar se o ar condicionado realmente tem os filtros trocados com certa frequência. Este seria o caso de perguntar à coordenadora da instituição, mas dificilmente ela responderia o contrário. Portanto, torna-se complicado avaliar este item. A solução seria solicitar os documentos que comprovam a manutenção do equipamento por empresa especializada.
45 O lixo é devidamente acondicionado em local próprio e descartado regularmente para o recolhimento público?	Esta questão também só seria identificada perguntando à coordenação. No entanto, pode-se concluir que o ambiente é limpo ‘como um todo’ no momento da primeira visita à instituição.
75 A instituição, no caso de reformas, consegue preservar a segurança das crianças em relação aos ambientes com obras.	Este item só poderia ser avaliado se a instituição estivesse em reforma no momento da avaliação dos pais.

Ao final da revisão o questionário apresentou 46 questões, devendo estas ser reapresentadas aos participantes da validação.

4.4 SEGUNDA RODADA DO QUESTIONÁRIO

Na nova versão do questionário, a pesquisadora realizou procedimento idêntico ao anterior, apresentando pessoalmente as questões aos pais participantes da pesquisa. Desta vez, foi-lhes explicado que o questionário passou por um tratamento, e que algumas questões foram reformuladas, outras excluídas e outras sintetizadas.

Algumas questões que não obtiveram consenso, mas que refletem o conforto e o bem-estar dos usuários da edificação, foram então rediscutidas. Questões como “ser possível transitar nos corredores da instituição com conforto” e “facilidade de acesso à entrada da edificação” que não foram consideradas importantes por dois respondentes foram reapresentadas pela pesquisadora, que informou aos dois participantes da validação a importância destes itens para a segurança e bem-estar das crianças. Estes, após tal reflexão, concordaram que as questões eram “muito importantes” e mudaram a opinião sobre o assunto.

É certo que, para algumas questões, ainda que baseadas em normas técnicas, o consenso não pode ser atingido, e nem o seria mesmo com inúmeras rodadas. A importância de uma sala de amamentação é um bom exemplo. Esse item não pode ser prioridade para uma mãe que já não amamenta. Devido a situações como essa, no questionário final a pesquisadora incluiu o item “não se aplica”.

Nessa rodada foi alcançada uma maior compreensão da ferramenta por parte dos respondentes e uma aproximação maior das respostas. Mesmo que não tenha havido consenso para algumas questões, as respostas ficaram entre o “importante” e o “muito importante”, reafirmando que apenas duas rodadas foram suficientes para validar a ferramenta desenvolvida nesta pesquisa. Assim, das 75 questões apresentadas inicialmente, 64 compõem o questionário final.

5 CONCLUSÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

5.1 CONCLUSÕES

É importante salientar que se deseja, com esta pesquisa, contribuir para que questões sobre a qualidade de vida dentro das instituições de educação infantil sejam suscitadas no meio acadêmico, e que a ferramenta aqui gerada possa auxiliar os pais no momento da escolha pela creche ou pré-escola de permanência de seus filhos, revelando informações importantes sobre elementos que podem contribuir para a saúde e bem-estar das crianças.

Com relação à pesquisa bibliográfica exploratória, a escassez de estudos a respeito de questões sobre a infraestrutura das IEIs ficou evidenciada, e enfatiza a necessidade de que esse tema seja mais bem explorado pela comunidade acadêmica. Também ficou demonstrada a falta de um diálogo acadêmico a respeito das razões que levam os pais a optarem por determinado estabelecimento de ensino para seus filhos, o que, em outros países, são questões mais bem apuradas.

No que se refere à ferramenta produzida por este estudo, as pesquisas realizadas com os pais revelam que será muito proveitosa, pois a maioria das questões não fazia parte das preocupações de alguns pais no momento da escolha da IEI. Conhecer elementos que podem garantir a segurança e a saúde dos filhos é certamente de grande valia para os pais, e a isso se destina essa ferramenta.

A partir do questionário apresentado aos pais, no qual a importância de cada questão para o processo de escolha por uma IEI foi indagada, as respostas demonstraram que as questões relativas à infraestrutura física das instituições concernentes à saúde e segurança das crianças são fatores realmente importantes no momento da escolha. Todavia, a entrevista inicial realizada com alguns pais e a dificuldade de entendimento de alguns itens do questionário evidenciaram que a grande maioria dos pais não sabe que elementos podem garantir a segurança e o conforto das crianças dentro da creche. Ou seja, se lhes é apresentado um roteiro com as principais considerações a serem feitas para que um estabelecimento seja considerado de qualidade em termos de infraestrutura física, os pais conseguem

identificar como importantes os parâmetros que regem a saúde e a segurança dentro das IEIs. Todavia, se lhes são perguntados os motivos que os levaram à escolha de determinada creche, eles apresentam argumentos que podem não representar a priorização das questões de segurança.

É evidente que nenhum pai ou mãe desconsidera as questões relacionadas à saúde e segurança dos filhos. Discernir essas questões, porém, é algo complexo e, talvez, apenas reconhecer que a infraestrutura é importante não signifique que o pai ou a mãe consiga avaliar a instituição. Disso resulta a constatação, mais uma vez, da importância de se criar uma ferramenta que suscite nos pais e responsáveis pelas crianças a importância de avaliar a IEI em relação ao bem-estar dos usuários.

A partir das duas rodadas realizadas para a validação da ferramenta, ficou demonstrado que apenas os pais (homens) consideraram como “prioridade” a questão relativa ao “preço da instituição”, sendo que as mães a consideraram “desejável”. Conclui-se que as mães não desconsideram essa questão, mas julgam que, sendo a IEI apropriada, o preço pode ser justificado. Também ficou demonstrado que a importância de algumas questões é percebida de forma diferente entre os respondentes. Por exemplo, a creche estar localizada próximo à residência da família, ou ao local de trabalho, pode ser extremamente significativo para um pai, e não tanto para outro, bem como a existência de uma sala de amamentação para uma mãe que ainda amamenta o filho e para outra mãe que já desmamou o seu. Existem, portanto, questões que contemplam necessidades apenas individuais, e outras que são prioridades para todos, tais como a existência de telas de proteção nas janelas, ou a higiene dos locais de permanência das crianças.

Tendo em vista que a ferramenta produzida por esta pesquisa deve ser de fácil aplicação pelos pais, algumas questões acabam indo de encontro a esta proposta, assim, avaliar se a creche permite evacuação da edificação com facilidade em caso de incêndios pode ser um complicador para os pais no momento da escolha pela IEI. Assim, a validação da ferramenta foi de suma importância para avaliação destes itens. Na validação da ferramenta também foi possível identificar que algumas questões têm a relevância baseada na idade das crianças, por exemplo, os itens relacionados à segurança dentro do fraldário são importantes para as crianças menores, que ainda fazem uso de fraldas. Isso também se aplica ao berçário, e a questão do piso permitir uma criança engatinhar com conforto, pois para os pais cujas crianças já andam, este item pode ser desconsiderado.

Neste sentido, a possibilidade de a ferramenta permitir balizar estas diferenças é de importância notável. A elaboração de questões baseada na escala de Diferenciador Semântico se mostra adequada para realizar o intento desta pesquisa: permitir uma avaliação conforme os parâmetros que regem a saúde e a segurança das crianças nas IEIs a partir das necessidades dos pais e responsáveis.

Assim, a pesquisadora constatou, na entrevista inicial com os pais, que eles desejavam que a creche fosse segura para os filhos, mas poucos levantaram esta questão como prioritária para a escolha da IEI. Todavia, após ser apresentado um questionário, com itens que avaliavam a saúde e a segurança das crianças no interior do estabelecimento, todos concordaram com a importância da infraestrutura física das IEIs. Salienta-se que questões como a recomendação por terceiros e a proposta pedagógica da instituição também são importantes para os pais no momento da escolha.

As rodadas propostas baseadas pelo método Delphi foram fundamentais para a identificação da inteligibilidade das questões e da relevância da ferramenta, contribuindo para torná-la inteligível e útil aos pais, com linguagem próxima do entendimento dos responsáveis pelas crianças e possível de ser aplicada com facilidade no momento da visita à instituição de ensino infantil.

5.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Tendo em vista a especialização da ferramenta criada nesta pesquisa, sugere-se:

- estudar mais intensamente a opinião dos pais sobre o assunto segurança e conforto dentro das IEIs, para que a ferramenta se torne ainda mais útil e inteligível;
- avaliar novas leis e parâmetros sobre segurança e conforto dentro das IEIs, tendo em vista que tais recomendações são constantemente alteradas para melhoramentos;
- buscar a criação de um aplicativo, onde os pais poderão utilizar aparelhos de celular, tablets ou qualquer outro meio similar para a utilização da ferramenta.

REFERÊNCIAS

- ABUCHAIM, B. O.; KUDE, V. M. M. **As percepções de mães e de pais acerca da escola de educação infantil**. Psicologia e Educação. Rio Grande do Sul, 2006.
- AMARAL, J. J. F.; PAIXÃO, A. C. P. **Prevenção de acidentes na criança e adolescente**. (2013) Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2013/Abr/25/prevencao_d_e_acidentes_na_crianca_e_adolescente.pdf>. Acesso em: 05 ago 2013.
- ARANTES, E. M. M. **Arquivo e memória sobre a roda dos expostos do Rio de Janeiro**. Pesquisas e Práticas Psicossociais 5(1), São João Del Rei, jan/jul 2010.
- ASSIS, M. P. D. **Representações e conceito dos pais sobre a qualidade da creche**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Lisboa, 2012.
- ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas.
_____, 2004, **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**, Rio de Janeiro, NBR 9050.
- _____, 1992, **Iluminância de Interiores**, Rio de Janeiro, NBR 5413.
- BESSA, A. G.; DE SOUZA VIEIRA, L. J. E. **Acidentes em crianças no contexto escolar-uma visão do educador**. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, 14(1), 15-20, 2012.
- BONFIM, C. M. et al. **Frequent respiratory pathogens of respiratory tract infections in children attending daycare centers**. J Pediatra (Rio de Janeiro), 87:439-44, 2011.
- BRANDALISE, L. T. (2005) **Modelos de medição de percepção e comportamento**. Disponível em: <<http://www.lgti.ufsc.br/brandalise.pdf>> Acesso em: 03 mar 2014.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 23 out 2013.
- _____. _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 23 out 2013.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988a, 305 p.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.

_____. _____. _____. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil.** Coordenação Geral de Educação Infantil, v.1 e 2. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998b.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2011-2020.** Brasília, DF, 2010a. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf> Acesso em: 15 set 2013.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009.** Brasília, DF, 2009.

_____. _____. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil.** Brasília, DF: MEC, SEB, 2006.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 321, de 26 de maio de 1988.** Brasília, DF, 1988b.

_____. _____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Viva: vigilância de violências e acidentes, 2008 e 2009.** Brasília, DF, 2010b.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora. **NR 23 - Proteção Contra Incêndios.** Brasília, DF, 2011.

_____. **Portal Brasil.** Acidentes domésticos ainda são a principal causa de morte de crianças até 9 anos. Publicado em: 04 set 2103. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2013/09/acidentes-domesticos-ainda-sao-principal-cao-de-morte-de-criancas-ate-9-anos>> Acesso em: 01 out 2013.

BROSTRÖM, S.; HANSEN, O. H. **Care and education in the Danish crèche.** International Journal of Early Childhood, 42(1): 87–100, 2010.

CBMMG - Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. **Instrução Técnica 01.** Disponível em: <<http://www.bombeiros.mg.gov.br/component/content/article/484-regularizacao-de-edificacao-obtencao-do-auto-de-vistoria-do-corpo-de-bombeiros-avcb.html>> Acesso em: 23 set 2013.

CHAGAS, A. T. R. **O questionário na pesquisa científica.** Administração online, v. 1, n. 1, 2000.

CÓRIA-SABINI, M. A.; LUCENA, R. F. **Jogos e Brincadeiras na Educação Infantil.** São Paulo: Papirus, 2004.

CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. S. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. 164 p.

CUNHA, L. M. A. **Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes**. Dissertação. (Mestrado em Probabilidades Estatísticas) - Lisboa, 2007.

DA SILVA, V. A. E.; MATTÉ, M. H. **Inspeção sanitária em creches: uma proposta de roteiro de inspeção**. Revista de Direito Sanitário, v. 10, n. 2, p. 29-63, 2009.

DE SOUZA, M. J.; PINTO, J. P. **Agravos à saúde das crianças durante a sua permanência na creche**. Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras. v. 5, n.1, 2005.

DIAS, M. P. et al. **Identificação dos fatores de risco para acidentes na primeira infância no contexto creche**. Revista de APS, 16(1), 2013.

DIDONET, V. **Creche: a que veio... para onde vai...** Em Aberto, Brasília, v. 16, n. 73, p. 11-27, jul. 2001.

ELALI, G. A. **O ambiente da escola – o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola–natureza em educação infantil**. Estudos de Psicologia. Natal, v. 8, n.2, 2003.

FILHO, J. M. **Lidando com crianças, conversando com os pais**. Campinas: Papirus, 1995.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Projetos para Construção**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>> Acesso em: 23 maio 2013.

GRANCONATO, E. Creche onde menino morreu não tem laudo do corpo de bombeiros. **Diário do Grande ABC**, São Paulo, 15 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/9998/creche-onde-menino-morreu-nao-tem-laudo-dos-bombeiros?referencia=buscas-lista>> Acesso em: 15 set 2013.

GUIMARÃES, J. A. **Prevenção de Acidentes Dirigida a Crianças da Creche Olívia Tinquitella**. In: II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2004. Anais. Belo Horizonte, set./2004.

GUNTHER, H. **Como elaborar um questionário**. Laboratório de Psicologia Ambiental. Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, n. 1, 2003.

HADDAD, L. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1993.

HILL, M. M.; HILL, A. **A construção de um questionário**. Dinâmica: Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconômica, v. 11, out./1998

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 03 mar 2014

IUNES, S. M. S. et al. **Os pais e suas expectativas em relação à educação infantil da escola particular.** Psicol. Educ. [online]. 2010, n. 30, pp. 113-126. ISSN 1414-6975.

JACOBI, P. **Educação Ambiental: cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisas, São Paulo, n.118, mar./2003.

KAPPEI, M. D. B.; CARVALHO, M. C.; KRAMER, S. **Perfil das crianças de 0 a 6 anos que frequentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da pesquisa sobre padrões de vida/IBGE.** Rev Bras Educ. 16:35-47, 2001.

KAYO, E. K.; SECURATO, J. R. **Método Delphi: Fundamentos, Críticas e Vieses.** Cadernos de Pesquisa em Administração, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 51-61, 1º Sem./1997.

KUHLMANN JR., M. **Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922).** Cadernos de Pesquisa. São Paulo: v 78, 1991.

LACY, M. L. **O poder das cores no equilíbrio dos ambientes.** São Paulo: Pensamento, 1996.

LORENZONI, I. **Creches e pré-escolas seguem projeto arquitetônico padrão.** Portal do MEC, jun. 2013. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18810:creches-e-pre-escolas-seguem-projeto-arquitetonico-padrao&catid=207&Itemid=86>
Acesso em: 04 ago 2014.

MARANHÃO, D. G.; SARTI, C. A. **Creche e família: uma parceria necessária.** Cad Pesqui, v. 38, n. 133, p. 171-94, 2008.

MARQUES, J. **Após acidente, Passo Fundo (RS) proíbe andadores de bebês em creches.** Folha de São Paulo, São Paulo, 21 jan./2013.

MATOS, R. N. **Avaliação da iluminação em creches públicas no município de Ribeirão Pires – SP.** Revista Especialize Online. Goiânia, v. 1, n. 5, jul./2013.

MATOSO, F. **Plano Nacional de Educação é sancionado sem vetos por Dilma.** Portal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/06/plano-nacional-de-educacao-foi-sancionado-sem-vetos-por-dilma.html>> Acesso em: 04 ago 2014.

MELLO, A. M. et. al. **O dia-a-dia das creches e pré-escolas: crônicas brasileiras.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

MINAS GERAIS, Governo. Decreto nº 44.746, de 29 de fevereiro de 2008. **Regulamenta a Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001,** que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências.

MORENO, F. C.; HERVÁS, J. C. **Uso del método Delphi para la elaboración de una medida de calidad percibida de los espectadores de eventos deportivos.** Retos. Novas tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación, n. 15, pp. 21-25, 2009.

MORICOCCHI, L. et al. **Modelo Delphi como alternativa para a previsão de safras: o exemplo do café.** Informações Econômicas, SP, v.25, n.12, dez. 1995.

NERY, H. B. et al. **O ambiente físico da creche influenciando o processo saúde-doença na primeira infância.** Trabalho de conclusão de curso—Universidade Federal do Ceará, 2004.

NESTI, M. M. M.; GOLDBAUM, M. **As creches e pré-escolas e as doenças transmissíveis.** Jornal de Pediatria. Rio de Janeiro, v. 83, n. 4, 2007.

NETO, C. M.; ALVES, N. C.; PAES, M. S. L. **Risco de acidentes na infância em uma creche comunitária de Ipatinga/MG.** Revista Enfermagem Integrada. Ipatinga, v. 3, n. 1, jul./ago. 2010.

NOGUEIRA, M. A. **A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias. A ação discreta da riqueza cultural.** Revista Brasileira de Educação, n. 7, jan./fev./mar./abr./1998.

OLIVEIRA, T.G.S. **Perspectiva dos pais quanto a sua participação na creche.** Dissertação (Mestrado em Educação Pré Escolar) - Santa Maria, 2013.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. **A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista HISTEDBR On-Line, v. 9, n. 33, 2009.

PASOLLI, L. **A proper independent spirit: working mothers and the Vancouver City Creche, 1909-20.** BC Studies 173 (2012): 69. Academic Onefile. Web. 19 fev./2014.

PINSONNEAULT, A. & KRAEMER, K. L. **Survey research in management information systems: an assesment.** Journal of Management Information System, 1993.

PMRJ - Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. **Orientações para profissionais da educação infantil.** Jul./2010.

RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. **A escolha do cuidado alternativo para o bebê e a criança pequena.** Estudos de Psicologia. Natal, v. 9, n. 3, set./dez. 2004.

RIZZO, G. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

ROCHA, D. L. S. **Concepções de liberdade da educação Waldorf: um estudo de caso.** Revista Educação. Porto Alegre, n. 3, set./dez. 2006.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, BAPTISTA, M. P. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTANA, J. S. S. **A creche sob a ótica da criança**. Feira de Santana: UEFS, 1998.

SANTOS, A.; VIDOTTO, L. S.; GIUBLIN C. R. **A utilização do método Delphi em pesquisas nas áreas de gestão da construção**. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 51-59, abr./jun. 2005.

SARTI, C. A. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisando uma trajetória**. Estudos Feministas 12(2): 264, Florianópolis, maio/ago. 2004.

SCARDUA, V. M. **Crianças e meio ambiente: a importância da educação ambiental na educação infantil**. Revista FACEVV, Vila Velha, n. 3, jul./dez. 2009.

VICHAS, R. P. **Complete Handbook of Profitable Marketing Research Techniques**. New Jersey: Englewood Cliffs e Prentice-Hall, 1982.

WRIGHT, J. T. C.; GIOVINAZZO, R. A. **Delphi: uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo**. Cadernos de Pesquisa em Administração, São Paulo, v. 1, n. 12, p. 54-65, 2000.

Anexo A: Questionário sobre a percepção dos pais

Prezados,

Este questionário é fruto de uma pesquisa de mestrado intitulada: “**Que creche eu quero para o meu filho?**”, onde normas e parâmetros relacionados à saúde e bem estar das crianças dentro de Instituições de Educação Infantil foram analisados. Espera-se que esta ferramenta seja de fácil utilização, para que pais e responsáveis possam, por si sós, avaliar a creche ou pré-escola de permanência de seu filho, e auxilie na escolha por uma Instituição de Educação Infantil de qualidade, versando, principalmente, sobre conceitos que levam à confiabilidade da infraestrutura física do estabelecimento.

A seguir você verá questões que versam sobre segurança, higiene e conforto dos usuários de uma Instituição de Educação Infantil.

Sugere-se que, para esta avaliação, o respondente faça uma visita à instituição em horário de funcionamento regular, a fim de visualizar o contexto da escola com a permanência dos alunos.

Assinale com um x a opção de 0 a 6 que melhor corresponde à sua percepção sobre o item questionado em relação à creche avaliada. Caso o item não seja relevante utilize a opção: não se aplica.

São disponibilizadas 64 questões, e cada uma delas pode pontuar de 0 a 6. Você poderá utilizar esta ferramenta para avaliar várias instituições de ensino infantil, fazendo, ao final, a opção dentre as que obtiverem a maior pontuação neste instrumento de avaliação.

Questionário sobre a Percepção dos Pais (acerca da instituição de ensino infantil)									
Nome da instituição educacional infantil:									
Responda, marcando um x na opção que melhor corresponde à sua percepção sobre o item questionado, assim como no exemplo abaixo:									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
			x						
Parte I – “Primeiras impressões/Relacionamento com a instituição”									
1) A instituição é bem recomendada por terceiros?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
2) É possível fazer uma visita à instituição acompanhado de responsável pelo estabelecimento e conhecer as instalações em sua totalidade?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
3) A diretora/coordenadora é acessível aos pais? É possível dialogar com ela sobre questões relativas à creche e à criança em qualquer momento necessário?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
4) Em sua primeira visita à instituição sua percepção sobre o estabelecimento foi positiva?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
5) O primeiro contato da criança com a instituição foi positiva?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica

6) O preço da instituição lhe atende?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
7) O horário de funcionamento da instituição lhe atende?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
8) O cardápio servido na instituição, aprovado por nutricionista, é satisfatório?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
9) O calendário anual apresentado, com devidas marcações de feriados, recessos, férias e festividades da instituição lhe atende?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
10) A proposta pedagógica da instituição lhe atende?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
PONTUAÇÃO FINAL PARA ESTE SEGMENTO:									
Parte II – “Localização”									
11) A localização do estabelecimento lhe atende?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
12) A entrada e saída das crianças é feita em rua sem tráfego intenso de veículos?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
PONTUAÇÃO FINAL PARA ESTE SEGMENTO									

Parte III – “Acessibilidade”									
13) É possível a parada de veículos no interior da instituição ou em suas adjacências para entrada e saída de pessoas?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
14) Existe área de espera para pais e responsáveis no interior da instituição? (avaliar se o espaço atende, quando existir, se ele é confortável e adequado)									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
15) Existe área coberta para o pedestre, do limite da calçada até a entrada do prédio?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
16) É possível adentrar à edificação de forma confortável? *Por exemplo: a rampa de acesso à entrada da edificação tem piso antiderrapante e inclinação confortável para que a subida e descida sejam suaves, ou ainda: a escada que dá acesso à entrada da edificação é suave e não cansativa?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
17) Existe entrada de serviço na instituição que atenda às demandas?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
18) É possível transitar nos corredores da instituição com conforto?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
19) Os desníveis existentes na edificação (escadas, rampas, degraus, etc.) permitem a circulação de pessoas com conforto? *dentro da edificação podem existir desníveis entre um ambiente e outro, por exemplo, rampas entre o pátio externo e a edificação, ou ainda, edificações com mais de um pavimento que precisam ser acessadas por escadas ou rampas. Estes elementos precisam garantir o conforto dos usuários, não apresentando riscos de acidentes, ou ainda, serem desconfortáveis, tais como degraus muito altos, ou desníveis sem a correta sinalização.									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica

20) Os sanitários são acessíveis* às necessidades de seu filho? *os sanitários precisam conter equipamentos em compatibilidade com a altura das crianças, tais como bacias sanitárias e lavatórios. Caso a criança apresente alguma necessidade especial, tais como a utilização de cadeira de rodas, os sanitários devem conter os elementos necessários para torna-lo acessível.									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
PONTUAÇÃO FINAL PARA ESTE SEGMENTO:									
Parte IV – “Ambientação”									
21) O pátio descoberto/coberto atende à demanda da instituição? Você considera que ele possua espaço confortável para as crianças?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
22) A instituição possui brinquedos para playground em bom estado de conservação?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
23) A área descoberta possui variações de texturas (grama, terra, areia, etc.)?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
24) As áreas de recreação possuem objetos “soltos” (caixas, brinquedos diversos, etc.) atingindo a várias idades?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
25) É importante que as cores e decoração utilizadas nos ambientes da edificação sejam agradáveis visualmente?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
26) A fachada da edificação causa uma “boa impressão” nas crianças (elas sentem vontade de entrar e ficar na creche)?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica

27) As estantes da sala de atividades são acessíveis às crianças?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
28) As cadeiras e mesas das salas de atividades são leves e de fácil manipulação para as crianças?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
29) A organização do layout na sala de atividades permite fácil circulação de pessoas e possíveis rearranjos dos móveis?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
30) É possível amamentar a criança em local reservado e com conforto dentro da instituição?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
PONTUAÇÃO FINAL PARA ESTE SEGMENTO:									
Parte V – “Higiene e Segurança”									
31) É possível ter conhecimento sobre os alvarás de funcionamento, expedidos pela Prefeitura e Vigilância Sanitária e do laudo do Corpo de Bombeiros, existente na instituição?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
32) A edificação é bem ventilada e iluminada naturalmente?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
33) Existe na edificação, tubulação exposta ou reentrâncias que possam armazenar poeiras e animais?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica

34) As tomadas são providas de protetores?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
35) As quinas existentes são abauladas ou protegidas por algum material, evitando acidentes?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
36) Existem redes de proteção nos vãos a que as crianças têm acesso?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
37) As janelas da edificação são seguras e não oferecem risco às crianças? *janelas do tipo guilhotina podem oferecer risco às crianças. Janelas muito baixas podem gerar acidentes no momento em que algum elemento possa atingir a criança, principalmente as janelas de abrir, com suas folhas.									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
38) Os sanitários de utilização das crianças possuem piso antiderrapante?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
39) Os sanitários de utilização das crianças estão constantemente higienizados?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
40) Os sanitários de utilização das crianças possuem equipamentos (bacias sanitárias, lavatórios e chuveiros) em número suficiente para atendê-las (neste caso, avaliar o porte da creche)?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
41) A cozinha está constantemente higienizada?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica

42) O local de armazenamento dos alimentos é limpo e seco?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
43) A cozinha não possui ligação direta com sanitários e vestiários?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
44) A cozinha possui mecanismo adequado para exaustão dos vapores advindos do cozimento dos alimentos?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
45) A cozinha é segura para as crianças, ou seja, o acesso é restrito aos funcionários da instituição?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
46) O refeitório está constantemente higienizado?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
47) A localização do refeitório permite a integração entre ele e as áreas de recreação, como os pátios, por exemplo?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
48) O refeitório possui lavatório para que as crianças possam higienizar as mãos antes das refeições?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
49) Os pátios coberto/descoberto possuem piso antiderrapante?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica

50) Os pátios (coberto e/ou descoberto) são desprovidos de quaisquer elementos que possam provocar acidentes?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
51) As salas de atividades das crianças possuem piso antiderrapante?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
52) As salas de atividades possuem espaço suficiente para atender às crianças que permanecem no ambiente com conforto e segurança?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
53) As salas de atividades estão constantemente higienizadas?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
54) O piso do berçário permite que as crianças engatinhem com segurança e conforto? *o ideal é que o piso do berçário seja antiderrapante e anti-impacto									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
55) O berçário está constantemente higienizado?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
56) O piso do berçário permite que as crianças engatinhem com segurança e conforto?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
57) O berçário possui solário com espaço adequado para atendimento às crianças com conforto e segurança?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica

58) O berçário possui 1 berço por criança atendida em tempo integral?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
59) As fronhas e lençóis dos berços são trocados regularmente?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
60) Os berços na sala de repouso/berçário estão afastados das paredes e afastados entre si a uma distância que permita a circulação de pessoas?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
61) O berçário possui espaço adequado (limpo e arejado) para guardar os pertences pessoais das crianças, tais como fraldas e lenços umedecidos?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
62) O berçário possui bancada para troca de fraldas em ambiente separado, acompanhada de colchonete (trocador)?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
63) O berçário possui fraldário com banheira confeccionada em material térmico, contígua a bancada de troca de fraldas, com ducha de água quente/fria?									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
64) Os ambientes da instituição apresentam-se isentos de umidade? *sem paredes úmidas, com presença de mofo, por exemplo									
Não satisfaz	0	1	2	3	4	5	6	Satisfaz totalmente	Não se aplica
PONTUAÇÃO FINAL PARA ESTE SEGMENTO:									
PONTUAÇÃO FINAL PARA A INSTITUIÇÃO AVALIADA									